

CADERNOS DO DIÁLOGO



VOLUME 6 - 2015

DIÁLOGO ENTRE SETORES INTEGRANDO ESPAÇOS E PAISAGENS DA PRODUÇÃO RURAL E CONSERVAÇÃO





DIÁLOGO FLORESTAL

DIÁLOGO ENTRE SETORES

INTEGRANDO ESPAÇOS E PAISAGENS DA PRODUÇÃO RURAL E CONSERVAÇÃO

CADERNOS DO DIÁLOGO - VOLUME 6

ORGANIZAÇÃO

MIRIAM PROCHNOW

APREMAVI

ATALANTA, SC

2015

FICHA TÉCNICA

Realização

Diálogo Florestal

Organização

Miriam Prochnow

Textos

Beto Mesquita

Carlos Aguiar

Carlos Alberto Roxo

Giovana Baggio de Bruns

Gustavo Diniz Junqueira

Ivone Satsuki Namikawa

João de Deus Medeiros

João Paulo Ribeiro Capobianco

Juliana de Lavor Lopes

Luiz Fernando do Amaral

Luís Fernando Guedes Pinto

Natália Canova

Roberto Smeraldi

Roberto Rodrigues

Wigold Bertoldo Schäffer

Revisão

Gabriela Laura Schäffer

Fotos

As fotos publicadas foram cedidas sem custos pelos autores ou instituições mencionadas nas imagens. Agradecemos gentilmente a todos os fotógrafos e instituições que cederam fotos para compor esta publicação.

Foto da Capa

Wigold Bertoldo Schäffer

Projeto gráfico

Fábio Pili

Diagramação

Ana Cristina Silveira/Anacê Design

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D536

Diálogo entre setores : integrando espaços e paisagens da produção rural e conservação / organização Miriam Prochnow. – Atalanta, SC : APREMAVI, 2015.

68 p. : il. ; 21 cm. – [Cadernos do Diálogo ; v. 6]
Acima do título: Diálogo florestal.
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-88733-12-1

1. Agricultura sustentável – Brasil. 2. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais – Brasil. 3. Desenvolvimento sustentável – Brasil. 4. Recursos naturais – Conservação – Brasil. I. Prochnow, Miriam II. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida III. Série.

CDD – 363.700981

SUMÁRIO

- 6 **PREFÁCIO**
- 9 **APRESENTAÇÃO**
- 10 **ARTIGO 1** • PLANEJAMENTO INTEGRADO DO USO DO SOLO, UMA NECESSIDADE IMPERIOSA
Carlos Alberto Roxo
- 14 **ARTIGO 2** • DESAFIOS DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Roberto Rodrigues
- 18 **ARTIGO 3** • O DESAFIO DA PRODUÇÃO RURAL EM PAISAGENS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS
Beto Mesquita
- 24 **ARTIGO 4** • O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ENTRE A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: O PAPEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS
João Paulo Ribeiro Capobianco
- 30 **ARTIGO 5** • O DESENVOLVIMENTO QUE PRECISAMOS
Gustavo Diniz Junqueira
- 34 **ARTIGO 6** • OS DIÁLOGOS SETORIAIS E O PLANEJAMENTO DA PAISAGEM
Carlos Aguiar e Natália Canova
- 38 **ARTIGO 7** • POR QUE PRECISAMOS DIALOGAR? PORQUE TEMOS DESAFIOS COMPLEXOS PARA SOLUCIONAR
Juliana de Lavor Lopes
- 42 **ARTIGO 8** • O IMPORTANTE PAPEL DAS MESAS REDONDAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NACIONAL
Giovana Baggio de Bruns
- 44 **ARTIGO 9** • DA CERTIDÃO NEGATIVA DE CUMPLICIDADE PARA A BOA CARNE: EVOLUÇÃO DA AGENDA DO DIÁLOGO NA CADEIA DA PECUÁRIA
Roberto Smeraldi
- 48 **ARTIGO 10** • MUDANÇAS CLIMÁTICAS: FLORESTAS, ÁGUA E BIODIVERSIDADE NÃO DÁ PARA SEPARAR
João de Deus Medeiros e Wigold Bertoldo Schaffer
- 54 **ARTIGO 11** • UM ÍNDICE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA
Luiz Fernando do Amaral
- 58 **ARTIGO 12** • AGRICULTURA FAMILIAR
Luís Fernando Guedes Pinto
- 62 **ARTIGO 13** • PLANEJAMENTO DE PAISAGEM – O CASO DA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA (PR)
Ivone Namikawa
- 66 **SOBRE O DIÁLOGO FLORESTAL**
- 68 **LISTA DE SIGLAS**





PARQUE NACIONAL DA
SERRA DA BODOQUENA.

OS CAMINHOS DO DIÁLOGO

Esta publicação reflete uma iniciativa relevante, mais que necessária nessa encruzilhada histórica em que o Brasil se encontra: um esforço no sentido de recuperar a capacidade de diálogo que tem sido reduzida nos últimos anos.

Após o marco fundante da Constituição de 1988, o Brasil veio, lentamente, avançando nos fundamentos e valores de um futuro sonhado durante cinco séculos: um país democrático e livre em que se combinam a prosperidade econômica e a justiça social, no qual o gigantismo da natureza e a diversidade da cultura proporcionam um desenvolvimento que é sustentável e beneficia a todos.

Mais que um sonho, esses ideais forneceram energia às lutas sociais que obtiveram expressivas conquistas em quase três décadas de contínuos avanços institucionais.

Quando parecia, aos olhos do mundo, que o Brasil finalmente encontrara seu caminho, o peso dos atrasos existentes em nosso problemático padrão civilizatório - especialmente o atraso político incrustado nas estruturas do Estado, voltou a puxar para baixo e para trás a trajetória do país. Os últimos anos foram de retrocesso em todos os setores. Muitas das conquistas, a duras penas alcançadas, enfrentam ameaças que julgávamos estar superadas há muito tempo.



Os brasileiros estão perplexos e têm seu ânimo esmaecido. A estabilidade monetária e o equilíbrio macroeconômico transformaram-se em incertezas. O processo de inclusão social recua diante da inflação e do desemprego. E os governos, partidos e lideranças políticas, sob permanente suspeita, perdem a cada dia a credibilidade e legitimidade necessárias para representar a sociedade.

Esta grave crise da política e das estruturas coincide com o agravamento das mudanças climáticas e a crescente escassez dos recursos naturais necessários não apenas ao desenvolvimento econômico, mas à própria vida no planeta. Não faltaram avisos. A crise ambiental foi longamente anunciada e cientificamente alertada. Era necessário manter e ampliar os cuidados com a natureza, o patrimônio ambiental e a diversidade cultural, para diminuir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades urbanas e rurais. Infelizmente, predominou o contrário e, nos últimos anos, a progressista base de leis, instituições e processos de governança pública que apontavam para o desenvolvimento sustentável sofreu grave descontinuação e enfraquecimento.

A agenda do século 21 foi negligenciada em favor do imediatismo econômico, social e político. Estabeleceu-se uma crise de valores e de visão. Estamos perdendo a perspectiva histórica de nação e corremos o risco de submergir numa disputa suicida de projetos egoístas, sacrificando recursos de milhares de anos, patrimônio das futuras gerações, em nome do lucro de uma década ou o poder de um mandato ou o consumo de um setor privilegiado da atual geração.

Há um recurso básico, indispensável, cujo abandono gera e agrava as crises e impede de ver a saída e a superação. Esse recurso chama-se diálogo. Como dizem, “a verdade não está com nenhum de nós, está entre nós”. É nesse espaço “entre” que estão as saídas, as respostas, as soluções, a esperança. Nele, podemos tecer novos sonhos ou, para evocar a poesia de Thiago de Melo, trilhar novos caminhos e novas maneiras de caminhar. Precisamos resgatar nossa capacidade de dialogar, sabendo que isso é muito mais do que trocar opiniões ou comentários com alternância dos papéis de falante e ouvinte. É a capacidade de exercitar a alteridade, a escuta interessada, a virtude de reconhecer a legitimidade do interesse do outro e de se dispor a encontrar, juntos, as melhores alternativas. A base do diálogo é o respeito - aos outros e à verdade. As rotulações e estigmatizações precisam ser abandonadas, abrindo espaço para o conhecimento, a descoberta, as surpresas e o entendimento. Assim, podem surgir os compromissos de uma nova agenda, que atravesse os diversos setores sociais e econômicos, as diferentes comunidades e culturas, a geração atual e as próximas.

Por isso, toda iniciativa que busque o caminho do diálogo é bem-vinda, como uma atitude de colocar-se do lado da solução e não do problema. Faço votos para que as pessoas e as ideias que se encontraram e se encontram nessa publicação prossigam no caminho do respeito mútuo e da busca do entendimento.

Marina Silva
Ex-Senadora



APRESENTAÇÃO

O planeta Terra tem nos dado sinais importantes e já drásticos, da necessidade de adotarmos novos modelos de vida e de que somos responsáveis pela perpetuação de nossa e de outras espécies. Não podemos continuar agindo sem considerar as consequências de nossas ações, pois o preço, será comprometer o futuro cada vez mais. Para reagirmos a isso, não há como tratarmos atividades econômicas e proteção do meio ambiente de forma separada, ou agirmos isoladamente. Muito pelo contrário, é imperioso reunir os dois temas e unir esforços, de forma planejada, constante, harmônica e integrada, buscando maximizar resultados. Aqueles que já estão comprometidos com essa missão devem fazer todos os esforços para influenciar os que ainda não entenderam a urgência da mudança de postura e do papel que podem desempenhar nessa importante jornada de transformação.

É fundamental, que num momento onde as questões de sustentabilidade estão cada vez mais em pauta, seja compreendido o papel dos setores produtivos, em especial os agrosilvipastoris. É preciso entender a importância desses setores para a sociedade de forma geral, suas inter-relações e a necessidade de maior integração entre os mesmos, com destaque para os temas socioambientais. O objetivo é obtermos os melhores resultados em prol de um ambiente cada vez melhor, uma sociedade cada vez mais justa, sem perder de vista o desempenho e desenvolvimento econômicos.

A sustentabilidade, felizmente, torna-se assunto cada vez mais forte no mundo. E um de seus pilares é a responsabilidade socioambiental das empresas, já que as sociedades humanas, quaisquer que sejam suas características culturais, políticas e sociais, dependem dos recursos naturais para existirem. Muitas vezes, a falta de informação leva a população a adotar visões distanciadas da realidade, não percebendo que as atividades do dia a dia envolvem o uso de produtos e serviços gerados pelo setor produtivo.

Como um exemplo desse cenário, temos o setor de florestas plantadas e as atividades de silvicultura, que

muitas vezes são percebidos como atividade negativa. Essa percepção está dissociada da necessidade inquestionável da produção de madeira, que, seja como produto final ou como insumo, está presente em todas as atividades humanas, de trabalho ou de lazer.

É fundamental também que a sociedade perceba que o plantio de florestas de produção, se realizado de forma ambientalmente responsável, contribui com a proteção da água, do solo e da biodiversidade, além de gerar empregos e renda em todo seu ciclo de vida.

A publicação “Diálogo entre Setores – integrando espaços e paisagens da produção rural e conservação” vem para contribuir com a mudança desses paradigmas. Este novo volume do “Cadernos do Diálogo” traz panoramas, opiniões e análises feitas por representantes dos vários setores, proporcionando, além de informações sobre a importância da integração entre os mesmos, a oportunidade de refletirmos sobre a realidade, em como ela interfere em nossas vidas e sobre onde buscar as soluções, para implantarmos as tão sonhadas paisagens sustentáveis.

No ano em que o Diálogo Florestal completa 10 anos de existência, ficamos felizes em apresentar mais esta contribuição para a sociedade.

Alexandre Di Ciero

Gerente Executivo de Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose

Maria Dalce Ricas

Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda)

PLANEJAMENTO INTEGRADO DO USO DO SOLO, UMA NECESSIDADE IMPERIOSA

Carlos Alberto Roxo

Diretor da SUSTENT Assessoria em Sustentabilidade Empresarial, membro do Comitê de Sustentabilidade do Conselho de Administração da Fibria e membro do Conselho Diretor do Instituto Terra

De acordo com a publicação Ecological Footprint **(1)**, a Humanidade está excedendo a biocapacidade da Terra – a área disponível para produzir recursos renováveis e absorver CO₂ – em 50%. O restabelecimento do equilíbrio da biocapacidade é um dos maiores desafios da Humanidade, e só será possível mediante o uso de um amplo arsenal de estratégias, ancorada em um processo de governança integrado, que rompa a lógica perversa dos atuais processos de decisão, feitos em silos setoriais e por atores que não se comunicam entre si.

Se o problema já é grave atualmente, torna-se dramático quando fazemos projeções para o futuro. Diversos modelos influentes projetam um cenário para 2050 em que **(2)**:

- A população mundial excederá 9 bilhões de pessoas;
- Para atender esse crescimento, a produção de alimentos precisará expandir em 70%;
- A demanda por madeira e papel aumentará provavelmente na mesma proporção;
- A produção de biocombustíveis deverá aumentar 13 vezes, apenas para atender o setor de transportes **(3)**;
- Embora a OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) projete que a área total de florestas irá aumentar, a qualidade destas florestas irá se reduzir, com a perda adicional de 10% da atual biodiversidade (medida pela abundância de espécies terrestres). **(4)**

Dado que a superfície da Terra não vai aumentar, como acomodar essas mudanças de forma compatível ao enfrentamento de outros desafios, como a redução e adaptação às mudanças climáticas, a inclusão social de bilhões

de pessoas e a manutenção de um nível de biodiversidade que assegure a saúde do Planeta?

Um dos passos mais importantes para se começar a caminhar é discutir todos estes temas de forma integrada, e não tematicamente, como é geralmente feito, através de um processo que também envolva atores dos mais variados segmentos, como o setor produtivo, a sociedade civil organizada e as agências governamentais e intergovernamentais.

Foi com a ambição de contribuir para esse caminho que o The Forests Dialogue (theforestdialogue.org), uma organização autônoma criada em 1998 e composta por empresas, organizações da sociedade civil e organismos multilaterais iniciou em 2011 um processo de diálogo chamado 4Fs (*Food, Fuel, Fiber and Forests*), e que após um Diálogo Inicial (*Scoping Dialogue*) em Washington, em 2011, vem promovendo diálogos em diversos países, entre os quais o Brasil, em 2012.

De forma geral, os Diálogos identificaram inúmeros desafios, tais como:

- **Governança** – o processo decisório do uso da terra é feito de forma setorial e não abrangente, por um número limitado de atores e focado no curto prazo. Não se defendeu nesses diálogos um mecanismo de planificação centralizado em mãos governamentais, mas um processo de discussão inclusivo com a participação de um conjunto de atores representativos da diversidade de interesses e visões.
- **Biodiversidade** – a expansão da produção não pode ser feita às expensas da biodiversidade, devendo-se preservar em especial as áreas de maior biodiversidade (*hot spots*);



PARTICIPANTES DA REUNIÃO DO DIÁLOGO 4FS NO BRASIL, REALIZADO EM CAPÃO BONITO (SP), EM 2012.

- **Demandas do mercado** – embora boa parte da destruição de florestas esteja ancorada em demandas do mercado, estas também têm um importante papel ao exigir altos padrões ambientais e sociais das empresas agrícolas e florestais. Esse papel pode ser substancialmente aumentado, com a ampliação da demanda, por exemplo, de produtos certificados.
 - **Estilo de vida e consumo** – o estilo de vida dos países mais afluentes, se replicado – como seria justo - para os países mais pobres, tornar-se-ia um fator crítico adicional de pressão sobre os recursos naturais. Como não se pode pregar a perpetuação da atual diferença de estilo de vidas, é necessário que se repense o padrão de consumo de toda a sociedade, em termos de eficiência tecnológica e qualidade do consumo.
 - **Produzir mais com menos** – é fundamental dar continuidade ao desenvolvimento de processos de produção que possam produzir mais em menores áreas, com menor consumo de água e menor geração de poluentes.
 - **Populações tradicionais** – é necessário conciliar a visão top down de um mundo sem desmatamento com as perspectivas legítimas de melhor padrão de vida das mais de 1 bilhão de pessoas que dependem diretamente das florestas, incluindo a proteção dos seus direitos.
- A dimensão dos problemas requer que esses desafios sejam enfrentados de maneira intensa, integrada e urgente.
- O Diálogo 4Fs no Brasil, realizado em Capão Bonito (SP), em parceria com o Instituto Ethos e o Diálogo Florestal, chamou atenção para as especificidades brasileiras do tema, tais como:
- O papel do país de grande produtor agrícola, com destaque para a os setores da pecuária, soja, cana-de-açúcar e florestas plantadas, responsáveis

por cerca de 80% da área ocupada por atividades agropecuárias no país e que respondem juntos por 27% do PIB. Esses setores apresentaram expressivas taxas de crescimento da produção nos últimos anos e as previsões apontam para a continuidade desta expansão. Segundo José Roberto Mendonça de Barros (OESP – 05/02/2012), o jogo agrícola mundial, em termos de oferta e demanda, é hoje claramente concentrado em apenas cinco países: EUA, Rússia, China, Índia e Brasil. Neste grupo, O Brasil é o país com mais possibilidades de elevar sua produção como resposta ao aumento da demanda local e, especialmente, da internacional.

- O país detém a maior diversidade biológica do mundo, com cerca de 20% da biodiversidade do planeta, distribuída em 6 biomas terrestres - Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Pampa - e ao longo de uma zona costeira e marinha que mede 8.500 km de norte a sul.
- A população, de 200 milhões de habitantes, abriga uma grande diversidade cultural, representada por populações indígenas, quilombolas, pescadores, caiçaras, ribeirinhos, agricultores familiares, entre outras comunidades.

A partir deste quadro, os participantes discutiram que um dos maiores desafios passa pela questão do planejamento integrado da paisagem e das atividades dos diversos setores. É essencial que o zoneamento das atividades agropecuárias e silviculturais no Brasil seja feito de forma integrada, aproximando os atores responsáveis pelas tomadas de decisão, entre si e com os diferentes níveis do restante da sociedade organizada.

Conforme ressaltado na reunião (5), uma das dificuldades para isso é a inexistência de tendências produtivas predominantes. Para os diversos sistemas produtivos, existe uma banda, que é extremamente larga. No Brasil temos bois sendo produzidos como se fazia há 150 anos ao lado de sistemas de produção integrados com lavouras de altíssima tecnologia; soja que vem de áreas recém desmatadas na Amazônia ao lado de soja certificada por rigorosos protocolos e auditorias externas; produtos florestais oriundos de florestas certificadas – plantadas e nativas – e produtos obtidos do desmatamento ilegal.

Existem ainda outros cortes, como o do agronegócio e da agricultura familiar, que embora complementares, empunham bandeiras políticas opostas. Apesar de coabitarem no mesmo condomínio, os segmentos extremos de cada banda têm uma visão diferenciada sobre o próprio modelo de negócio, e se as visões dentro de um mesmo segmento podem ser tão destoantes, mais difícil se torna buscar a integração entre os vários segmentos.

O ambiente hostil criado por esse quadro conduz à polarização, que favorece a predominância das correntes situadas nos extremos das bandas, e leva a embates áridos, como o que assistimos na aprovação do Código Florestal. Um benefício tangível de um processo bem estruturado de diálogo, que criasse em médio prazo um ambiente de confiança mútua, poderia ser o de possibilitar a formação de tendências dominantes no centro das bandas, o que reduziria as hostilidades, facilitaria o entendimento e levaria a resultados desejáveis. O exemplo do Diálogo Florestal, tanto em nível internacional quanto no Brasil, mostra que isso não é um sonho e pode ser perfeitamente atingível em prazo mediano.

Com base nestas discussões, os participantes do Diálogo 4Fs Brasil fizeram recomendações em 4 grupos, e que foram deixadas como uma proposta de agenda para futuras discussões sobre o planejamento integrado no país.

**É ESSENCIAL QUE O ZONEAMENTO
DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
E SILVICULTURAS NO BRASIL SEJA
FEITO DE FORMA INTEGRADA,
APROXIMANDO OS ATORES
RESPONSÁVEIS PELAS TOMADAS
DE DECISÃO, ENTRE SÍ E COM OS
DIFERENTES NÍVEIS DO RESTANTE
DA SOCIEDADE ORGANIZADA.**

1. IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO, COM VISTAS A:

- Atingir o desmatamento zero (nota: na época do Diálogo, conceitos como desmatamento líquido zero ainda não tinham sido disseminados).
- Regularização dos títulos das terras públicas e privadas.
- Adequação de todas as propriedades ao novo Código Florestal.
- Efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Implantação de projetos de restauração florestal em áreas estratégicas para a conservação ambiental.

2. AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO AGRONEGÓCIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR MEIO DE:

- Aproveitamento econômico das terras degradadas.
- Agregação de valor à produção agrícola empresarial e familiar através da diversificação do uso e pleno aproveitamento da biomassa.
- Assistência técnica, disseminação da tecnologia e linhas de financiamento destinadas a promover a produção sustentável.
- Uso de políticas públicas e instrumentos de mercado para incentivar o aumento da produtividade e otimizar a rentabilidade da produção.

3. FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DE UM PROCESSO DE DIÁLOGO BRASILEIRO DE MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS SOBRE O TEMA 4FS, VISANDO:

- Debater as diferenças de visão, procurando entender as divergências e encontrar áreas de convergência nas quais uma ação conjunta é possível.

- Sempre que houver convergência sobre alguma área, discutir e propor ações concretas e coordenadas entre os vários atores.
- Reduzir a atual polarização de opiniões na sociedade brasileira expressa no debate sobre o Código Florestal, facilitando o encaminhamento de soluções integradas nas esferas pública e privada.

4. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS:

- Representantes de diversas instituições brasileiras manifestaram compromisso em buscar a organização do processo de diálogo brasileiro, envolvendo e integrando os múltiplos setores interessados no tema 4Fs.
- Produtores rurais da região (Capão Bonito, Itapeva e outros) manifestaram o compromisso de dialogarem com as ONGs locais visando a sustentabilidade de suas atividades.

O Brasil tem pela frente grandes desafios, mas também imensas possibilidades. Cabe a todos a responsabilidade de discutir e escolher as estratégias acertadas para garantir a conservação ambiental e a sobrevivência da espécie humana, com qualidade de vida. Como ressaltado no Diálogo 4Fs Brasil, as recomendações feitas não deveriam ser um final, mas a proposta de uma agenda para o início das discussões sobre o assunto no país.

REFERÊNCIAS:

- 1 http://wwf.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/
- 2 Initiative on Food, Fuel, Fiber and Forests, Scoping Paper, The Forest Dialogue, 2011
- 3 IEA: Biofuels Could Meet a Quarter of Transportation Fuel Demand By 2050, Charlotte Dudley, Environmental Finance, 2011
- 4 ENVIRONMENTAL OUTLOOK TO 2050 - Key findings on Biodiversity, OECD, 2012
- 5 Background paper de apoio ao Diálogo 4F no Brasil, de Gerd Sparovek, USP

DESAFIOS DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Roberto Rodrigues

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Instituições multilaterais sob a liderança da ONU vem reiterando suas preocupações com respeito à segurança alimentar em todo o mundo, apontando para a hipótese de, em 2050, a população planetária chegar a 9 bilhões de pessoas, exigindo um aumento de mais de 50% na produção de alimentos sobre o volume atual de colheitas.

Por trás dessa tese, está o fantasma da guerra: não pode haver paz enquanto houver fome, de modo que o combate a esta tragédia universal é imperativo para os governos de qualquer país em todos os continentes.

A FAO, Organização das Nações Unidas que trata de agricultura e alimentação, e a OCDE, fizeram um estudo mais moderado no final de 2011 olhando para 2020, a partir do convencimento de que até 2050 muita coisa acontecerá em todos os setores econômicos, sociais e tecnológicos que pode mudar o cenário de 9 bilhões de terráqueos. Este trabalho concluiu que a oferta de alimentos precisa crescer 20% até 2020, em 10 anos portanto. E aponta onde esse crescimento se dará: a União Européia só pode crescer 4%, EUA e Canadá no máximo 15% e os grandes países da Eurásia (Rússia, China e Índia) podem avançar algo em torno de 27%. Sendo assim, para que a média global atinja os 20%, o Brasil terá que aumentar sua produção de alimentos em 40%.

Esta visão está baseada em algumas premissas: temos terra suficiente para isso, moderna tecnologia tropical e gente competente, entre outros fatores.

14 | Com efeito, atualmente usamos 9,4% do território nacional com todas as plantas cultivadas (cerca de 80 milhões de hectares) para alimentos, fibras e energia, além de outros 20% com pastagens.

A área de pastagem vem diminuindo sobretudo porque novas tecnologias aplicadas na pecuária de corte viabilizam maior

produção de carne por hectare. Com isto, áreas de pastos vêm sendo substituídas por agricultura ou floresta plantada.

Já no caso da agricultura, os dados são espetaculares. Nos últimos 23 anos a área plantada com grãos cresceu 50% em todo país, enquanto a produção aumentou 234%. Dados os incrementos de produtividade por hectare foi possível crescer nas safras de grãos com redução do desmatamento, de modo que cerca de mais de 60 milhões de hectares e cerrados e/ou florestas foram preservados.

Por outro lado, existe ainda um potencial teórico para a expansão da atividade agrícola de cerca de 80 milhões de hectares. Na prática, todavia, aproximadamente 15 milhões destes poderão ser efetivamente cultivados, uma vez que os restantes 65 milhões estão legalmente inabilitados por se constituírem em parque nacionais, reservas florestais, terras indígenas e outras finalidades. E destes 15 milhões de hectares a serem agricultados, 2/3 virão de pastagens degradadas e o terço restante dos desmatamentos legais.

Com este acréscimo e mais o aumento de produtividade nas áreas já cultivadas temos condições reais de atender a expectativa da FAO/OCDE para 2020.

É também evidente que, para isso, há que enfrentar alguns gargalos que inibem o avanço concreto do agronegócio nacional, entre os quais o da logística e infraestrutura. Mas com a esperada retomada das concessões de rodovias e ferrovias, com a nova lei dos portos, com o crescente financiamento para armazenagem, todos pontos relacionados ao PAC, há expectativa de que este tema finalmente seja atacado pelos governos, inclusive com Parcerias Público-Privadas.

Uma política de renda para o campo também é necessária para que a estabilidade na atividade produtiva seja garan-



NOS ÚLTIMOS 23 ANOS A ÁREA PLANTADA DE GRÃOS CRESCER 50% EM TODO O PAÍS, ENQUANTO A PRODUÇÃO AUMENTOU 234%.

tida. Estamos mergulhados em um vigoroso trabalho que gere políticas para estas questões, enfocando a modernização do crédito rural, o estabelecimento de um efetivo seguro agrícola (inclusive de renda como acontece há décadas nos países desenvolvidos), de preços de garantias e mecanismos de comercialização.

Também uma política comercial mais agressiva é necessária, especialmente com vistas a acordos bilaterais com grandes países consumidores, ao mesmo tempo em que devemos seguir lutando pela redução do protecionismo dos países ricos discutida na rodada de Doha da OMC. Mesmo quanto ao Mercosul, é necessária uma certa independência para podermos avançar em acordos desta natureza que, por sinal, devem contemplar a questão da agregação de valor: devemos verticalizar a produção agropecuária através da indústria de alimentos e fibras

para melhorar nosso perfil exportador, hoje majoritariamente composto por matérias primas, embora estas tenham importância central no combate à fome.

Há muitos outros gargalos a enfrentar, como a questão sanitária (tanto animal quanto vegetal), a necessidade de mais recursos para inovação tecnológica, a reforma de legislações superadas como a trabalhista, a melhor organização do setor privado, especialmente no cooperativismo (que já vem avançando significativamente, respondendo por mais de 40% do valor da produção agropecuária brasileira), etc. Estamos avançando em todos esses temas, nem sempre com a velocidade necessária, mas avançamos.

Afinal, o agronegócio representa 23% do PIB nacional, gera 1/3 de todos os empregos e responde pelo saldo comercial positivo do país. Merece, portanto, maior atenção.

MAS NEM ISSO TUDO É SUFICIENTE.

Segurança alimentar precisa ser garantida com sustentabilidade na produção: a terra precisa cumprir sua função social que vai além de apenas produzir; tem que gerar empregos cidadãos e preservar os recursos naturais essenciais.

Neste quesito também progredimos, mas ainda falta muito.

O aumento da produtividade dos grãos, por exemplo, preservou mais de 60 milhões de hectares, como já vimos.

O etanol emite apenas 11% do CO2 que a gasolina emite, mitigando com isso o aquecimento global. E a cogeração de eletricidade a partir do bagaço e da palha da cana é muito bem vinda.

O programa ABC, se integralmente cumprido fará com que o agronegócio atenda às demandas do IPCC quanto à redução de emissão dos gases de efeito estufa. Dentre os projetos do ABC está o ligado a área florestal, que trata da recuperação de áreas degradadas e do plantio de novas florestas.

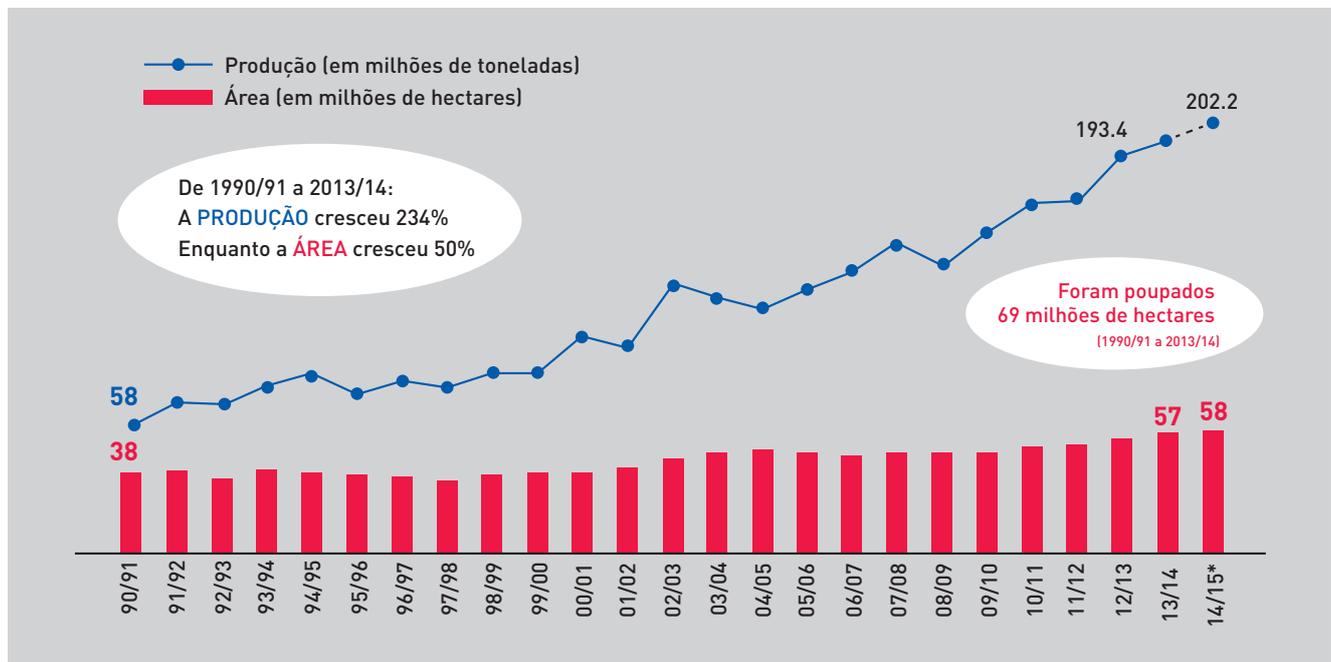
Eis aqui um tema da maior relevância para a agropecuária brasileira.

O Código Florestal, embora imperfeito, criou as condições para o compromisso dos agricultores com este importante segmento. Imperfeito porque os números estabelecidos no código (porcentagens de reserva legal e metragens para APP) são casuísticos, sem base científica adequada. Mas não importa, enquanto não se aperfeiçoa essa questão, o código estabelece as condições para um real compromisso dos produtores rurais com florestas a partir de dois itens principais: o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).

O CAR permitirá a legalização de todas as propriedades rurais do país, acabando com os problemas do passado. E o PSA é um ponto de partida para a monetização dos investimentos dos produtores rurais em florestas.

Esses dois instrumentos constituem a porta de entrada de nossos produtores no capítulo florestal. Hoje já temos mais de 7 milhões de hectares de florestas plantadas e vamos crescer muito mais depois do Código Florestal.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GRÃOS



Fonte: Conab . Nota: * 4º Levantamento – Safra 14/15 – Jan./2014



ALÉM DE PRODUZIR, A TERRA PRECISA GERAR EMPREGOS CIDADÃOS E PRESERVAR OS RECURSOS NATURAIS.

Mas também isso não basta. A agropecuária precisa ir além, e pelo menos dois gigantescos programas precisam ser abraçados pelo setor.

Um primeiro que permita a recuperação dos 60 milhões de hectares desmatados e degradados da Amazônia, seja com reflorestamento, seja com a utilização racional da área com agropecuária, seja com a exploração sustentável da floresta.

O segundo é a recomposição florestal no entorno da Cantareira.

O terrível desastre da seca de 2014/2015 que determinou uma brutal redução do estoque de água da represa da Cantareira poderia ter sido mitigado em boa parte com a recomposição florestal das nascentes e beiras de rios, córregos e riachos da região.

É fundamental revigorar esta área vegetal com o plantio de mais de 14 milhões de árvores pelos agricultores do entorno.

Em resumo, o agro brasileiro vai cumprindo sua tarefa quanto à segurança alimentar global, mas tem ainda muito que fazer dialogando com as florestas.

Afinal, a preocupação com a questão florestal já foi mais importante no imaginário brasileiro do que é atualmente, e precisamos resgatar este compromisso.

Segundo Eduardo Bueno em seu livro: “Capitães do Brasil: A Saga dos Primeiros Colonizadores”, Duarte Coelho, donatário da Capitania Hereditária da região hoje representada por Pernambuco, era defensor da preservação florestal. Diz Bueno na pág. 202: “Quando Coelho se instalou na colina, ela estava recoberta por densa mata, repleta de cajueiros, pitangueiras e macaibeiras. Os coqueiros e as mangueiras, hoje tão características da paisagem de Olinda, são originários da Ásia e foram plantados ali pelos jesuítas, a partir de 1551.

De toda forma, preocupou-se com a preservação das matas e, em requerimento enviado à câmara dos Vereadores de Olinda, em 17 de Março de 1537, proibiu o corte de certas árvores, determinando “sob pena posta em regimento” que “todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e das fontes” fossem “resguardadas”. Também proibiu que os colonos jogassem lixo nos rios e nas aguadas.”

Temos, pois, uma história neste tema...

O DESAFIO DA PRODUÇÃO RURAL EM PAISAGENS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

Beto Mesquita

Diretor de Estratégia Terrestre, Conservação Internacional.
Membro do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal

INTRODUÇÃO

Como se exalta no hino nacional, o Brasil é um país “gigante pela própria natureza”. Por certo, este gigantismo natural não diz respeito somente às dimensões continentais da quinta nação em superfície no mundo, mas também à imensa riqueza e diversidade do seu patrimônio natural. Abrigando cerca de 20% de todas as espécies identificadas até o momento, com parte considerável delas tendo ecossistemas brasileiros como seu único habitat natural no planeta, somos um dos campeões mundiais em biodiversidade.

Nas últimas décadas, nos tornamos também campeões mundiais na produção rural, especialmente entre os produtos agropecuários que se tornaram commodities. Somos o segundo produtor mundial de soja – cultivo que ocupa metade da área plantada com grãos no país –, o terceiro produtor de milho e o quinto maior produtor de algodão. Dentre os países produtores de celulose, o Brasil ocupa a quarta posição.

Não restam dúvidas de que o avanço brasileiro no ranking global da produção rural é consequência de bem sucedidos investimentos estratégicos em biotecnologia, sobretudo nas áreas de melhoramento genético, inoculação de micro-organismos fixadores de nitrogênio e práticas de manejo agrícola mais eficientes. Ainda que a conversão de áreas naturais em cultivos agrícolas e florestais tenha se multiplicado nos últimos 30 anos, é notória a influência dos ganhos em produtividade sobre o desempenho do Brasil na produção das principais commodities.

Por outro lado, não se pode desprezar a relevância do capital natural disponível no país no aporte dos serviços ecossistêmicos necessários à produção rural. Sem a disponibilidade destes serviços – dentre os quais destacam-se solos, re-

ursos hídricos e biodiversidade – certamente o incremento em produtividade resultante dos avanços tecnológicos teria sido bem menor, em alguns casos até mesmo pífilo.

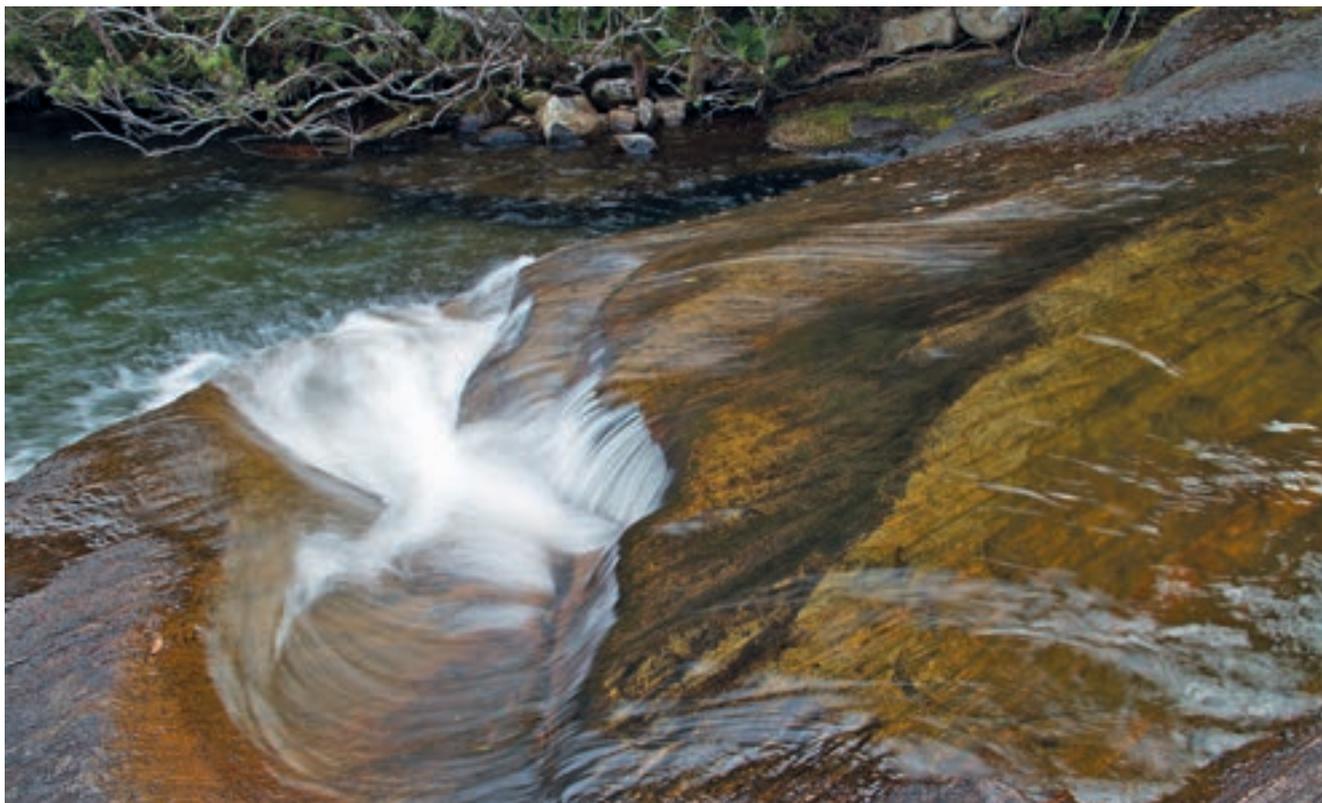
A combinação de capital natural disponível e de baixo custo de acesso – representada sobretudo pela fertilidade natural inicial dos solos e por climas favoráveis – com incentivos políticos, econômicos e financeiros desvinculados de uma visão estratégica de desenvolvimento com sustentabilidade, tem resultado no esgotamento de algumas regiões outrora consideradas prósperas na sua produção rural. Como consequência, temos a migração das atividades econômicas rurais para ‘novas fronteiras agrícolas’, onde terras, solos, recursos hídricos e clima ainda estejam ‘disponíveis’. À esta equação, a passos largos vai se agregando um fator até pouco tempo desconsiderado: as mudanças climáticas em curso representam hoje um dos principais fatores de risco para a produção rural, no Brasil e no mundo.

É neste cenário atual de incertezas de desafios que se encerra o que provavelmente seja o maior dilema da humanidade na era atual. Como conciliar a produção de alimentos e matérias-primas necessárias para a prosperidade e bem-estar da humanidade com a proteção e recuperação do capital natural, base da prosperidade desta mesma produção? Como adaptar-se às mudanças climáticas em curso com base na proteção e manutenção dos serviços ecossistêmicos, essenciais para assegurar e ampliar resiliência, ao mesmo tempo em que se atende às demandas sociais e econômicas?

O PARADIGMA ‘5 F’

Diversos organismos internacionais que estudam e monitoram a produção rural mundial, entre os quais a FAO e o Instituto Internacional de Pesquisas em Políticas para

Miriam Prochnow



O AUMENTO DAS DEMANDAS DE CONSUMO, A DEGRADAÇÃO DE VASTAS ÁREAS AGRICULTÁVEIS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, LEVARÃO A UMA INTENSA COMPETIÇÃO POR TERRA E ÁGUA.

Alimentação, alertam que a expansão da população humana – que deve chegar a 9 bilhões de pessoas até 2050 –, o aumento das demandas de consumo, a degradação de vastas áreas agricultáveis e as mudanças climáticas, levarão a uma intensa competição por terra e água entre os produtores de alimentos, fibras e biocombustíveis. É certo que, mantendo-se os padrões preponderantes atualmente de produção, consumo e governança territorial, a tendência será de ampliação e recrudescimento destes conflitos.

É neste contexto que surgem iniciativas para promover o diálogo, a integração e a cooperação entre os diferentes segmentos da produção rural, em especial aqueles que são diretamente influenciados pelo tabuleiro econômico global. As diversas ‘mesas-redondas’ relacionadas à produção de commodities agrícolas, como a Mesa Redonda da Soja Responsável e a Mesa Redonda Global da Pecuária Sustentável, são exemplos dos esforços de produtores, atacadistas, indústrias, empresas de tecnologia agrícola, pesquisadores

e sociedade civil organizada em construir pontes e canais de comunicação, além de modelos de governança, para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros.



Miguel Schäffer

SÃO IMPORTANTES AS INICIATIVAS DE DIÁLOGO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SEGMENTOS.

No entanto, sem demérito da pertinência e relevância destas 'câmaras setoriais', as tendências para os cenários futuros apontam claramente para a necessária integração entre os diferentes atores de interesse. Não basta que os 'sojeiros' conversem com os 'sojeiros' e os pecuaristas dialoguem com os pecuaristas. É preciso que uns dialoguem e cooperem com os outros, e todos estejam comprometidos com a manutenção e recuperação das condições básicas de governança e proteção do capital natural. Se, por um lado, é o somatório dos impactos negativos decorrentes destes sistemas produtivos que afeta e ameaça comprometer, de maneira crítica, a provisão de serviços ecossistêmicos dos quais todos são dependentes, é também da integração dos esforços positivos e dos ativos do conjunto destes setores que sairão as alternativas para evitar o colapso previsto.

É neste contexto que surge, no âmbito do The Forests Dialogue, a iniciativa denominada '4Fs', como uma referência à integração das palavras em inglês que denominam os três grupos de commodities rurais dominantes e as florestas: 'food' (alimentos); 'fiber' (fibras); 'fuel' (biocombustíveis); 'forest' (florestas). Ainda que saiba que o termo 'florestas' é adotado aqui para representar o conjunto dos ecossistemas naturais do planeta, inclusive os não-florestais, bem como os serviços ecossistêmicos que os mesmos provêm, incluindo os recursos hídricos, creio ser necessário acrescentar um quinto 'F' à este conceito, quer seja o de 'fresh water', ou água doce para consumo, para tornar absolutamente explícita esta correlação. Afinal, diante de uma crise hídrica sem precedentes na região mais economicamente desenvolvida do país, na qual o papel das florestas para a proteção e saúde ambiental das bacias hidrográficas ainda não se tornou evidente para a maior parte da sociedade e dos gestores públicos, não parece ser demais reforçar a relação entre disponibilidade e qualidade hídrica e uso e cobertura do solo.

PAISAGENS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

20 |

A produção rural, seja ela de alimentos, de matérias-primas ou de biocombustíveis, resulta em impactos significativos sobre os recursos naturais em escala global. Desde os primórdios da civilização, quando os primeiros grupos nômades optaram por se instalar em definitivo



A BUSCA POR PAISAGENS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS É UM DOS OBJETIVOS DA INTEGRAÇÃO DOS SETORES.

em regiões com solos férteis e água abundante, a espécie humana vêm transformando as paisagens naturais. A conversão de áreas silvestres em plantações e pastagens manejadas representa, historicamente, o principal fator que levou, e ainda leva, à extinção incontáveis espécies da flora e da fauna, muitas delas desaparecidas antes mesmo de terem sido conhecidas e descritas pela ciência.

Mesmo com todo o avanço da tecnologia e os consequentes enormes ganhos em produtividade rural – nunca na história da humanidade se produziu tanto por unidade de área – vastas regiões naturais do Planeta, sobretudo nos



MESMO COM TODO O AVANÇO DA TECNOLOGIA E OS CONSEQUENTES ENORMES GANHOS EM PRODUTIVIDADE RURAL – NUNCA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE SE PRODUZIU TANTO POR UNIDADE DE ÁREA – VASTAS REGIÕES NATURAIS DO PLANETA, SOBRETUDO NOS TRÓPICOS, CONTINUAM SENDO CONVERTIDAS.

Nos últimos 20 anos, é o Cerrado que sofre com o ritmo acelerado da conversão de suas savanas, campos e florestas em cultivos agrícolas, principalmente grãos e outras commodities de baixo valor agregado para exportação. De acordo com levantamentos feitos pela Conservação Internacional, mais de 60% deste bioma já foi convertido em áreas agrícolas e pastagens, resultando no seu reconhecimento, junto com a Mata Atlântica, como um dos hotspots globais de biodiversidade. Em um ritmo impressionante, ditado pela dinâmica do mercado global de produtos agrícolas e por fatores políticos, econômicos e logísticos pouco ou nada integrados, a paisagem nativa do Cerrado brasileiro vai se convertendo no novo 'Eldorado' da produção rural.

trópicos, continuam sendo convertidas. No Brasil, depois de vermos os ciclos econômicos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do café degradarem e dizimarem a Mata Atlântica, reduzindo-a a pouco mais de 12% da sua cobertura original, boa parte em pequenos fragmentos isolados entre si, a segunda metade do século 20 nos trouxe o avanço da fronteira de produção rural para a Amazônia. Neste ciclo, arrefecido nos últimos anos porém nunca completamente interrompido, mais de 20% do território da Amazônia viu suas florestas darem lugar a pastagens extensivas de baixo rendimento e a plantações, principalmente de soja.

Mais uma vez, a expansão inicial, pioneira, aquela responsável por converter ecossistemas naturais em áreas agrícolas, se vale do capital natural ainda disponível para sustentar seus ciclos iniciais de produção. A região de 'Matopiba', localizada no encontro dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – no coração do bioma Cerrado – é onde a expansão da fronteira agrícola do país ocorre com maior velocidade. Com uma área de mais de 300 mil km² e uma população residente de cerca de um milhão de habitantes, a região tem atraído a atenção das grandes corporações globais do agronegócio, bem como de produtores nacionais de pequeno e médio porte. Trata-se de uma re-



NOS ÚLTIMOS 20 ANOS, É O CERRADO QUE SOFRE COM O RITMO ACELERADO DE CONVERSÃO. O DESAFIO É NÃO REPETIR O MESMO MODELO NA REGIÃO DE MATOPIBA.

gião que combina a presença de terras férteis, disponibilidade de água, relevo plano e fácil acesso o ano inteiro, permitindo a expansão das lavouras de grãos, como soja, milho e algodão, com tecnologia de alta precisão.

Nesta região, a porcentagem de áreas naturais protegidas na forma de unidades de conservação representa 16% do território. Pode até parecer muito, se comparada a outras regiões do país com índices de proteção bem menores, mas tamanha proteção se mostra absolutamente insuficiente para dar segurança aos ecossistemas que provêm água para a agricultura e para as zonas urbanas, tampouco para os habitats das espécies-chave para polinização e controle natural de pragas e doenças destes mesmos cultivos.

22 |

O desafio em Matopiba é não repetir o modelo de expansão agrícola convencional, extensivo, que resulta em conversões de áreas naturais desnecessárias, com o consequente comprometimento dos serviços ecossistêmicos e dos meios tradicionais de produção. A oportunidade, por-

tanto, é desenvolver o potencial de produção de alimentos sem degradar o ambiente e garantindo qualidade de vida para os habitantes da região.

A Conservação Internacional vem mobilizando parceiros e estruturando alianças em Matopiba, visando desenvolver e aplicar em larga escala o conceito de Paisagens Agrícolas Sustentáveis. A paisagem é definida neste contexto pela conectividade de sua natureza, pelas inter-relações dos atores sociais e pelo uso da terra, e não por desenhos geopolíticos, sendo unidades de tamanhos variados, incluindo a complexidade dos múltiplos atores sociais e seus diversificados e quase sempre incongruentes e conflitantes interesses. A forma com que estes atores desenvolvem suas atividades e também a forma como eles dialogam e interagem entre si são determinantes para conformação da paisagem. Alcançar a sustentabilidade agrícola na escala da paisagem é importante, pois é neste recorte territorial que as instituições sociais e o funcionamento ecológico estão mais intimamente ligados.

O DESAFIO EM MATOPIBA É NÃO REPETIR O MODELO DE EXPANSÃO AGRÍCOLA CONVENCIONAL, EXTENSIVO, QUE RESULTA EM CONVERSÕES DE ÁREAS NATURAIS DESNECESSÁRIAS, COM O CONSEQUENTE COMPROMETIMENTO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E DOS MEIOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO.

Segundo a visão adotada para o conceito de Paisagens Agrícolas Sustentáveis, a construção de uma agricultura sustentável envolve três componentes: o do meio ambiente chamado de capital natural, o da produção sustentável e o da governança.

Capital Natural: se refere à biodiversidade e aos ecossistemas contidos na paisagem, responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico, resiliência e provimento de serviços ecossistêmicos dos quais dependem a produção agrícola e o bem-estar humano.

A agricultura depende e se beneficia de clima estável, de água em qualidade e quantidade, do solo estruturado e sua biota, do controle natural de pragas e de polinizadores. Todos estes são serviços ecossistêmicos que a natureza proporciona, sustentados pela biodiversidade.

Os impactos da agricultura sobre o capital natural estão relacionados a quatro fatores principais: água, solo, biodiversidade e clima.

Produção Sustentável: modelo de produção que possa ser sustentada ao longo do tempo sem que afete a persistência do capital natural, que contribua para o desenvolvimento econômico e a melhoria do bem-estar humano.

O desenvolvimento de uma agricultura sustentável passa por componentes ligados à tecnologia e à inovação, tais como: intensificação da produção em terras já cultiváveis, adotando técnicas menos impactantes e de baixa emissão de carbono; a produção em terras abandonadas, mas com aptidão agrícola; o planejamento dos cultivos em função do mercado e da segurança alimentar das comunidades inseridas na paisagem; a aplicação de logística eficiente.

A intensificação sustentável da produção pode envolver tanto diferentes práticas de manejo, dentre as quais cabe citar rotação e consorciamento de culturas, recuperação de pastos degradados, fixação biológica de nitrogênio e o uso de variedades adaptadas, quanto sistemas de produção mais sofisticados, como agroflorestas, plantio direto, integração lavoura-pecuária e sistemas agrossilvipastoris.

Governança: processo de tomada de decisões e maneira com que as ações serão executadas. Um modelo de governança efetivo é constituído por políticas públicas e regulatórias, acordos, normas e processos de decisão participativos, transparentes e responsáveis.

Para garantir uma governança eficiente no contexto da paisagem, é necessário que os atores sociais criem mecanismos seguros de negociação e participação, que legitimem regras que determinarão os direitos e benefícios de cada um aos recursos, assim como maneiras de garantir o cumprimento dessas regras.

Para tanto, as lições aprendidas em uma década de prática de diálogos inter-setoriais, em especial no âmbito dos fóruns do Diálogo Florestal, têm sido fundamentais. Temos a convicção de que não será possível influenciar mudanças rumo à sustentabilidade, em larga escala, sem termos a capacidade de dialogar, interagir e cooperar com os diferentes atores responsáveis pelos fatores que degradam, que protegem ou que recuperam o capital natural, a capacidade de produção rural e a governança de um dado território. Para além dos posicionamentos ideológicos e das zonas de conforto institucional é preciso avançar, combinando um compromisso inabalável com a busca pela sustentabilidade com a flexibilidade e o pragmatismo dos que querem realizar as transformações necessárias para as gerações presentes e futuras.

O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ENTRE A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: O PAPEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS

João Paulo Ribeiro Capobianco

Biólogo e ambientalista, Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade

O Brasil possui a maior diversidade biológica no mundo com cerca de 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais atualmente conhecidas em seus seis biomas terrestres e ecossistemas marinhos. Dois *hotspots* de biodiversidade são internacionalmente reconhecidos no país – a Mata Atlântica e o Cerrado – e seis reservas da biosfera foram oficializadas pela UNESCO no território nacional devido a importância que representam para a conservação da natureza do planeta.

Trata-se de uma diversidade biológica farta em três níveis – genético, de espécies e de ecossistemas –, produto da grande variação climática e geomorfológica de um país de dimensões continentais, com mais de 8,5 milhões de km² terrestres e 4,8 milhões de km² de áreas marinhas e águas jurisdicionais.

Estima-se com base nos estudos do pesquisador Robert Costanza, publicado pela prestigiada revista Nature em 1997, que o valor anual dos serviços ecológicos proporcionados por 16 tipos de ecossistemas do planeta esteja, de forma conservadora, entre US\$16 trilhões e US\$ 54 trilhões, com a média de US\$ 33 trilhões, superior, portanto, ao PIB mundial à época da publicação da pesquisa, que foi de US\$ 18 trilhões. Considerando-se que o Brasil detém entre 10 e 20% da diversidade biológica mundial, 5.190 km³/ano de deflúvio de suas redes hidrográficas, ou seja, 12,7% dos deflúvios dos rios existentes no planeta, além de uma vasta extensão territorial, não seria exagerado afirmar que o valor estimado da diversidade biológica brasileira e dos serviços de seus ecossistemas se situa na casa dos trilhões de dólares anuais, equivalente ou superior ao valor atual do PIB do país.

Apesar deste enorme potencial, que eleva o Brasil à condição de “potencia ambiental”, os processos de degradação evoluem em ritmo extremamente acelerado. Segundo

os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2012, o país já eliminou 88% da Mata Atlântica, 54% da Caatinga, 49% do Cerrado, 54% do Pampa, 20% da Amazônia e 15% do Pantanal.

Como membro pleno da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas - CDB, assinada no Rio de Janeiro durante a Eco 92 e ratificada pelo Congresso Nacional em 1994, quando adquiriu força de Lei em território nacional, o Brasil assumiu importantes compromissos em relação à conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Posteriormente, em 2010, durante a 10a Convenção das Partes da CDB ocorrida no Japão, foram aprovados com forte protagonismo da delegação brasileira as chamadas “20 metas de Aichi”, a serem implementadas até o ano de 2020. Trata-se do mais importante plano de ação com diretrizes objetivas para o enfrentamento da acelerada perda da biodiversidade verificada em todo o mundo.

Esses compromissos assumidos pelo Brasil, no entanto, têm resultado em poucas ações efetivas. O desmatamento da vegetação nativa segue em ritmo acelerado e constitui um dos mais graves problemas socioambientais do país. Mesmo com a recente redução do desflorestamento na Amazônia, foram eliminados anualmente 23,5 mil km² de ecossistemas naturais no período de 2002 a 2008, uma área superior ao estado de Sergipe, sendo o Cerrado o bioma mais impactado, conforme relatório do IBGE. Dados mais recentes mostram uma leve redução do desmatamento total no país para o patamar, ainda elevadíssimo, de aproximadamente 17 mil km² ao ano.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas intensivas e consistentes, que envolva a forte participação da

sociedade e do setor privado, é considerada a única forma eficaz de reverter a acelerada erosão da biodiversidade, resultante da degradação dos ecossistemas brasileiros.

A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS PARA A CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

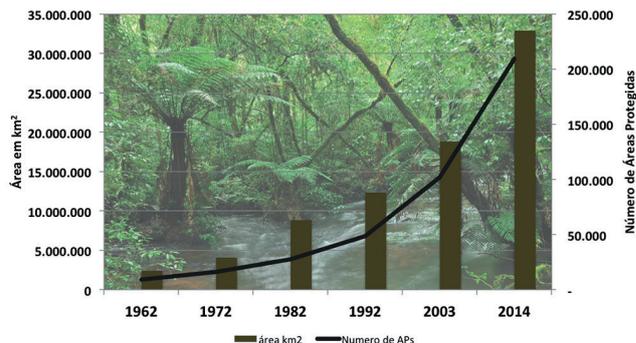
Entre as mais importantes e mundialmente reconhecidas políticas para a conservação efetiva e permanente da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, está a criação, implementação e gestão adequada das áreas protegidas.

Este reconhecimento por parte da comunidade internacional levou a aprovação, entre as citadas metas de Aichi, a de número 11, o compromisso dos países signatários da CDB terem pelo menos 17% de suas áreas terrestres e de água de interior e 10% das zonas costeiras e marinhas, sob efetiva proteção.

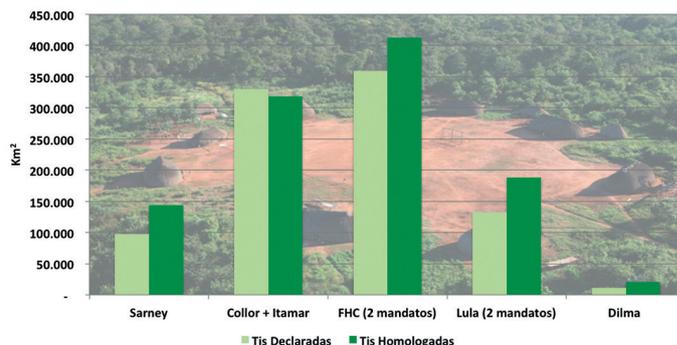
Para a CDB, área protegida é uma zona geográfica definida, designada ou regulamentada e gerida para atingir objetivos de conservação específicos (artigo 2º da Convenção). De forma complementar, a UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza, as define como um espaço geográfico claramente identificado, reconhecido, dedicado e gerido através de meios eficazes legais ou outros, para alcançar a conservação a longo prazo da natureza, dos serviços ecossistêmicos associados e de valores culturais. Nesse sentido, além das áreas criadas especificamente para fins ambientais, denominadas unidades de conservação, essas definições incluem outras categorias de espaços sob proteção especial, que têm desempenhado importante papel na conservação, como os territórios indígenas e de outras populações tradicionais, caso dos quilombolas e extrativistas no Brasil.

Nos últimos anos tem sido registrado um crescimento fabuloso das áreas protegidas ao redor do mundo. Segundo os dados do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial (WCMC, sigla em inglês) vinculado ao Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no período entre 2003 e 2014, houve um aumento de 105% no número destas áreas no planeta, que passaram de 102 mil para 209 mil. Com relação a área sob proteção, o crescimento no mesmo período foi de 74,83%, aumentando de 18,8 milhões

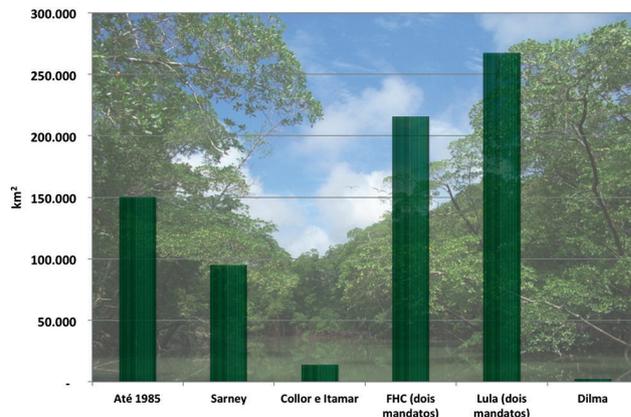
Áreas Protegidas no Mundo
evolução decenal em número de unidades e área total (km²)
UN List of Protected Areas 2014 - UNEP/WCPA



Demarcação de Terras Indígenas no Brasil
por mandato presidencial - ISA 2014
área em km²



Criação de UCs no Brasil por mandato presidencial
área total em km²





PICO DAS AGULHAS NEGRAS NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA. PRIMEIRO PARQUE NACIONAL CRIADO NO BRASIL.

para 32,8 milhões de km², um ganho de 14 milhões de km², superior a soma dos territórios da China e Índia.

Acompanhando essa tendência internacional, o Brasil também vinha promovendo um crescimento importante das áreas protegidas nas últimas três décadas até o ano de 2010, quando o governo federal paralisou os processos de criação de unidades de conservação e reduziu os de reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, além de, pela primeira vez na história, promover unilateralmente a redução da áreas criadas em governos anteriores.

26 | Mesmo com o esforço realizado nos anos 2000, quando houve um incremento de mais de 56% das unidades de conservação federais e um aumento importante no reconhecimento de terras indígenas, a situação brasileira é bastante desfavorável em relação ao cenário internacional. De acordo com a lista de áreas protegidas com mais

de 1.000 hectares elaborada pelo Banco Mundial com dados de 200 países, o Brasil ocupa a 36ª posição, com 26,3% de seu território sobre algum tipo de proteção relevante. O país da maior biodiversidade do planeta e que deveria estar na liderança da conservação fica bem atrás da Venezuela (53% do território protegido), Alemanha (48%), Namíbia (43,2%), Espanha (29%), Reino Unido (27,9%), Nova Zelândia (27,3%), Costa Rica (26,9%), entre outros.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

As iniciativas para criação de unidades de conservação no Brasil têm início no final do século XIX. A primeira data de 1893 e foi instituída para proteger as nascentes formadoras do riacho do Ipiranga, em São Paulo. Já o primeiro parque nacional, o do Itatiaia, foi criado em 1937 nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONTINENTAIS NO BRASIL EM FEV/2015 EM KM² (1) (2)

BIOMA	ÁREA DO BIOMA	META CDB 17% DO BIOMA	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES				DÉFICIT
			PI	US (EXCETO APA)	TOTAL	% DO BIOMA	
AMAZÔNIA	4.196.943	713.480	417.569	546.827	964.396	22,98	(250.916)
CAATINGA	844.453	143.557	9.849	1.332	11.181	1,32	132.376
CERRADO	2.036.448	346.196	62.636	3.217	65.853	3,23	280.343
MATA ATLÂNTICA	1.110.182	188.731	28.196	2.771	30.967	2,79	157.764
PAMPA	176.496	30.004	616	34	650	0,37	29.354
PANTANAL	150.355	25.560	4.404	2.544	6.948	4,62	18.612
TOTAL	8.514.877	1.447.529	492.514	555.436	1.079.995	12,68	367.534

(1) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – Ministério do Meio Ambiente

(2) Não inclui as APAs – Áreas de Proteção Ambiental

A partir de 1988 estas áreas ganharam status de prioridade e proteção constitucional, através do artigo 225 da Constituição Federal que estabeleceu a obrigatoriedade do Poder Público *“definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”*.

Posteriormente, a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, organizou as UCs em dois grupos - proteção integral e uso sustentável - e regulou os procedimentos e responsabilidades para a criação, implantação e gestão dessas áreas.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, o Brasil possuía em fevereiro de 2015, último dado atualizado disponível, 1.158 unidades de conservação criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, além de 782 reservas particulares do patrimônio natural reconhecidas pelo poder público. Essas UCs somavam, excluídas as sobreposições, aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros quadrados, equivalentes a cerca de 17,7% do território nacional.

A título de comparação, a lista do Pnuma relaciona 23 mil áreas protegidas nos Estados Unidos, 22 mil na Alemanha, 10 mil no Reino Unido e 3,7 mil na Espanha.

Além de insuficientes em número, a distribuição dessas áreas é extremamente irregular no território brasileiro. Quando computamos a totalidade das UCs sob domínio público, o que exclui da áreas de proteção ambiental (APAs), chegamos a uma percentagem de proteção de 12,6% do território nacional. Ocorre, no entanto, que essas UCs estão fortemente concentradas na Amazônia onde 22,98% do bioma está sob proteção, sendo o único que teria atingido o previsto no compromisso 11 das Metas de Aichi. Para os demais biomas o quadro é alarmante, estando todos muito abaixo das metas consideradas minimamente adequadas para se garantir a proteção da biodiversidade e os serviços ambientais necessários ao bem estar da população. Como pode ser visto na tabela abaixo, todos os demais biomas brasileiros possuem menos de 5% de suas áreas em UCs, chegando-se a situações extremas como a do Pampa, com menos de 1% de sua diversidade sob proteção.

Por falta de planejamento, essa concentração de UCs que afeta a conservação dos biomas, também se repete entre as diferentes formações ambientais internas aos próprios biomas. Na Mata Atlântica, por exemplo, a maior parte das áreas sob proteção estão inseridas na floresta ombrófila densa, deixando quase sem proteção as demais formações vegetais que a compõem, pondo em risco, portanto, sua diversidade biológica.

Soma-se aos problemas anteriormente descritos o fato de que a alteração de áreas naturais para a produção de alimentos, vestuário, energia e bens de consumo para a



IMPORTANTE RECURSO HÍDRICO DENTRO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ.

população em constante crescimento, vem promovendo um verdadeiro cerco às áreas protegidas, abrindo novas fronteiras, que modificam profundamente os usos das terras. Esse fenômeno, que vem se intensificando em todo o mundo, está transformando as UCs em verdadeiras “ilhas” isoladas e espalhadas em territórios degradados.

A URGÊNCIA DA INTEGRAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS ÁREAS PROTEGIDAS E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

28 |

Os impactos socioambientais diretos resultantes da degradação dos ecossistemas naturais são bem conhecidos e vão muito além da perda acelerada de biodiversidade. Incluem o comprometimento dos mananciais hídricos, com piora acentuada da qualidade e quantidade da água

disponível; a redução da produtividade agropecuária devido a aceleração da erosão dos solos agrícolas, eliminação de espécies polinizadoras e que promovem o controle biológico de pragas e redução de pluviosidade; e, a desorganização social de comunidades tradicionais e povos indígenas. Além de serem responsáveis por aproximadamente 30% das emissões de gases de efeito estufa, agravando os efeitos das mudanças climáticas em nível global.

Por outro lado, se a implementação de uma rede de áreas protegidas constitui um dos mais eficazes mecanismos para promover a conservação, contribuindo para reverter os danos acima descritos, há que se garantir que elas não apenas sejam criadas, mas que tenham garantidas as condições para gerarem os efeitos esperados. Neste sentido, considerando-se que essas áreas não são entidades isoladas, reverter a tendência do efeito “ilha” a partir da interligação entre elas é fundamental, pois a sua capacidade de

entregar resultados positivos é afetada pelo que ocorre em seus arredores. As UCs só podem funcionar adequadamente se forem gerenciadas como parte da paisagem mais ampla, integrada nas estratégias de desenvolvimento e consideradas no planejamento de todos os setores sociais e econômicos das regiões em que se inserem.

É nessa perspectiva que devemos promover a forte integração entre as políticas de conservação e o desenvolvimento da economia rural. Para tanto, há uma janela de oportunidade recentemente aberta a partir dos desafios da implantação do Novo Código Florestal que não pode ser desperdiçada.

O esforço que será exigido para a recuperação de milhares de km² de vegetação nativa nas propriedades rurais através dos PRAs – Programas de Recuperação Ambiental, deve ser considerado como uma oportunidade de conservação que interessa a toda a sociedade brasileira e não somente uma responsabilidade exclusiva dos proprietários rurais que possuam passivos florestais. A adoção de modernas técnicas de planejamento, apoio técnico e científico, uso de tecnologias apropriadas e fontes adequadas de financiamento, poderão transformar os PRAs em programas de recuperação da paisagem rural, capazes de recuperar a conexão entre áreas protegidas e adensar a vegetação de seus entornos, aumentando a eficiência da conservação e a melhoria das condições da própria produção.

Um dos melhores subsídios para o adequado planejamento das prioridades para a implantação dos PRAs e a expansão das áreas protegidas é a relação das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios dos Biomas Brasileiros, definidas com base no Decreto Federal 5.092/04 e atualizadas periodicamente pelo Ministério do Meio Ambiente, a partir da colaboração de uma vasta rede de pesquisadores e representantes de governos, movimentos sociais e setor empresarial.

Em sua última revisão, publicada em janeiro de 2007, foram identificados e devidamente mapeadas em todos os biomas brasileiros 234 áreas para recuperação, 310 para formação de corredores integrando mosaicos de UCs e 630 para criação de UCs, sendo 186 para UCs de uso sustentável, 213 para UCs de proteção integral e 231

para UCs cujas categorias dependerão dos estudos a serem realizados no processo de criação. A soma dessas áreas prioritárias identificadas para a criação de UCs é de 419 mil km², sendo que 103 mil km², equivalente a 24% do proposto, já foram colocados sob proteção nos últimos anos.

Se numa análise preliminar o número de áreas prioritárias parece elevado, por outro lado, há uma possível compatibilidade com as metas de crescimento do setor agropecuário nacional, principalmente as geradas a partir da demanda da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, de um aumento da contribuição brasileira na produção de alimentos em 40% até 2020, e a necessidade de ampliação das áreas protegidas no país. Isto porque há um consenso entre importantes lideranças da área da agricultura de que parte importante desse aumento deverá se dar a partir do incremento da produtividade no campo e a expansão territorial das lavouras que se fizer necessária, deverá ocorrer prioritariamente em áreas de pastagens degradadas ou pouco produtivas. Se os cálculos estiverem corretos, seriam necessários algo em torno de 50 mil Km² a mais de áreas agrícolas que, somadas aos atuais 800 mil km² em uso e os 1,7 milhões de km² de pastagens, elevaria a área destinada à agropecuária para 2,55 milhões de km² ou cerca de 30% do território nacional. Nesse cenário o espaço para uma forte ampliação das áreas protegidas no país estaria assegurado sem a necessidade de grandes conflitos com a produção agropecuária, desde que respeitadas as áreas ambientalmente críticas que devem ser conservadas ou recuperadas.

Corroboram para a validade dessa previsão os dados recentes da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que mostram que produção de grãos no Brasil passou de 162,8 para 193,5 milhões de toneladas no período de 2010/11 a 2013/14, um incremento de 18,8% obtido em quatro safras, que corresponde a quase metade do aumento proposto pela FAO para o final desta década.

Em um mundo mudando dramaticamente, confrontados com os muitos desafios do desenvolvimento, as áreas protegidas de vários tipos e tamanhos, se tornarão ainda mais importantes no futuro, em especial para a adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

O DESENVOLVIMENTO QUE PRECISAMOS

Gustavo Diniz Junqueira

Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Nas últimas duas décadas, o Brasil vivenciou um período de inclusão social, fundamentado, essencialmente, por programas de assistência governamental e, também, por repiques de crescimento. As bases do avanço e da mobilidade de classe no País foram sustentadas, no entanto, muito mais por janelas de oportunidades criadas no mercado internacional – como o apetite da China por commodities e produtos fabricados em todo mundo – do que por méritos domésticos.

A produtividade do trabalho caiu em empresas de todos os setores da economia. O “Custo Brasil” subiu. As políticas públicas equivocadas ganharam terreno numa espécie de espiral, represando a capacidade do País de avançar em um processo de expansão duradouro, equilibrado e sustentável.

Ao mesmo tempo, a ascensão de camadas da população em termos financeiros – convidadas ao universo do consumo – não foi acompanhada pela melhoria dos serviços públicos mais básicos relacionados a transporte, saúde, educação, moradia, segurança pública, saneamento básico, entre outros. Para piorar, temos de lidar com as crises hídrica e energética.

Além desse cenário, o Brasil deixa ao abandono completo os projetos de reformas mais amplas e estruturais, dentre as quais se destacam a previdenciária, a tributária, a política, a trabalhista e abertura comercial do Brasil – para ficar apenas nestas. Todos estes projetos são imprescindíveis para colocarmos o País na direção do verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade vibrante e promotora de oportunidades.

A urgência da população pelas mudanças, escancarada e amplificada pelos meios de comunicação, sobretudo nas redes sociais, resultou nas grandes manifestações

populares de junho de 2013. Ainda que difusos, os manifestos revelaram, em toda sua essência, a insatisfação e as frustrações da sociedade ante as expectativas roubadas em relação à equiparação das condições de vida da população àquelas do imaginário de Brasil ideal. Os atos nas ruas também provaram a busca das pessoas por um melhor bem-estar, que as libertasse para se dedicarem a trabalhar de maneira empreendedora e não dirigida pelo Estado. O Brasil moderno quer transformar o País em uma nação livre, ganhando uma espécie de alforria da secular posição de Estado e, portanto, da ingerência excessiva na economia.

FATOR-CHAVE

No embate pela sobrevivência, o agronegócio despontou como um grande e eficiente motor econômico do País. Turbinada pelos mais variados avanços tecnológicos, a parcela mais bem preparada das empresas fez do setor um gigante em produção e produtividade.

Os resultados do agronegócio brasileiro nos últimos anos contribuíram para garantir a segurança alimentar interna, deixando de ser um dos maiores importadores de alimentos da década de 80. Também geraram excedentes exportáveis, alçando o Brasil ao grupo das maiores potências agrícolas do mundo. Os recursos advindos da atividade ainda têm assegurado caixa ao País, deixando-nos – pelo menos por enquanto – menos vulneráveis ao ciclo de crises internacionais.

Além das contribuições do efeito macro na economia brasileira, o agronegócio vem promovendo pelo país afora o desenvolvimento socioeconômico regional. Também passou a se configurar como ativo ambiental, seja no plantio de florestas, seja como protetor de nascentes d’água,

gerador de energia renovável, etc. Além disso, ainda tem atuado como um catalisador de oportunidades e negócios e plataforma de geração de riqueza, emprego e renda.

Há, sim, uma transformação social positiva ocorrendo nas regiões ancoradas na prosperidade de economias agrícolas, com impactos multiplicadores para além das fronteiras do segmento. Em outras palavras, o agronegócio está melhorando a vida das pessoas e não apenas daqueles trabalhadores diretos do setor. O agronegócio brasileiro está amparando, especialmente, camadas importantes da população inseridas em arranjos produtivos regionais que demandam diversas oportunidades, empregos e serviços influenciados e impulsionados pelas economias agrícolas.

Os exemplos estão aí, confirmados por especialistas em vários estudos. Um dos mais recentes deles, realizado com base em informações da Receita Federal, mostra que no período entre 2002 e 2013, o total de pessoas que declararam ao leão possuir mais de R\$ 1 milhão em investimentos líquidos mais que dobrou em 13 estados. Entre eles, oito dos 10 estados das regiões Norte e Centro-Oeste têm seu PIB fortemente apoiado no agronegócio. Estas novas fortunas surgiram alicerçadas na expansão do setor, que dinamiza as economias locais, faz o dinheiro circular em outros mercados além das fronteiras do mercado agrícola, nas áreas de serviços e do comércio.

Divulgado no final de 2014, relatório feito pela consultoria Kleffmann aponta que as regiões agrícolas avançaram no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 21% acima do crescimento registrado nas áreas “não agrícolas”, no período entre 1970 e 2010.

CRESCER, MAS CRESCER CERTO

Em síntese, os estudos comprovam que o agronegócio vem funcionando como um indutor democrático de desenvolvimento, reduzindo a pressão sobre as cidades - onde a desigualdade tende a aumentar. O campo apresenta perspectivas de uma convivência material e social mais pacífica do que os centros urbanos.

Pelas vantagens naturais e comparativas do Brasil, e, principalmente, pela capilaridade geográfica do agrone-



ARRANJOS PRODUTIVOS REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO DEMANDAM OPORTUNIDADES, EMPREGOS E SERVIÇOS.

gócio, o setor é um instrumento de desenvolvimento regional com papel fundamental no contraponto ao de outros setores estabelecidos em saturadas áreas urbanas.

É importante ressaltar, no entanto, que o agronegócio não é nossa única opção para o desenvolvimento. Sozinho, o setor não será capaz de gerar a riqueza necessária para atender às demandas de uma sociedade moderna e inclusiva. Mas, a partir do desenvolvimento regional com base no agronegócio, já provado, daremos o arranque que o País precisa para modernizar Estado e sociedade.

Ancorado neste raciocínio, devemos acreditar que o Brasil tem a oportunidade de crescer - mas de crescer certo. Ao combinar e entrelaçar dois de seus trunfos - os patrimônios agropecuário e ambiental - o País pode pavimentar a trilha de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, criando um novo modelo para servir de exemplo para o mundo.

Nossas safras e nossas florestas são aliadas, não adversárias. A sociedade precisa de ambas para satisfazer suas necessidades. A polarização do debate entre esses dois mundos apenas alimentou o atraso.



A INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF) AUMENTA A PRODUTIVIDADE E A RENDA, COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL.

O Brasil não precisa mais de cisões e trincheiras. Nossos grandes problemas somente serão resolvidos por meio de alianças de interesse público, com foco na conciliação, em favor de ações dirigidas ao maior número de pessoas.

Por tudo isso, o casamento entre agronegócio e meio ambiente é uma união com tudo para ser longeva, blindada a divórcios. Quer melhor exemplo do que o etanol? Apesar da dilapidação do setor pela atual política econômica, o biocombustível da cana-de-açúcar se mostrou bom para o bolso do consumidor e grande indutor de desenvolvimento socioeconômico. Se decidirmos incluir o etanol na matriz energética brasileira, vamos gerar mais emprego, riqueza, renda e benefícios ambientais relevantes.

Um dos exemplos mais significativos é a utilização da biomassa de cana-de-açúcar, uma das alternativas energéticas renováveis mais eficientes ambientalmente. Disponíveis no Brasil, já representam 4% das fontes de energia elétrica do País. Em 2014, ajudaram a poupar 14% da água dos reservatórios dos Sudeste. Além disso, sem o uso da biomassa na matriz elétrica, estima-se que o nível de emissões de CO₂ na atmosfera seria 24% maior.

Ou seja, o setor sucroenergético é o arquétipo do agro de um produto/processo sustentável que não se limita ao seg-

mento, mas avança de modo positivo para toda a sociedade. Da mesma forma, destaca-se a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), técnica conservacionista que vem aumentando a produtividade e a renda agropecuária, com menor impacto no meio ambiente. A técnica é caracterizada por dispensar o revolvimento da terra, permitindo uma nova semeadura por cima da palha da cultura anterior.

Ao permitir a mescla, numa mesma propriedade, de diferentes sistemas produtivos, entre lavouras, pastagens e florestas plantadas, a ILPF melhora o aproveitamento dos recursos empregados na produção, ampliando a viabilidade de geração de riqueza de modo mais amigável com a natureza.

Ao lado dos ganhos econômicos, a ILPF oferece também um pacote de serviços ambientais para fortalecer a sua natureza sustentável, bem como contribuir para a redução de gastos no campo, com bons resultados para toda a sociedade. Ao intensificar o uso da terra, a ILPF reduz a pressão pela abertura de novas áreas. Além disso, quem adota a ILPF já pratica o plantio direto, carregando assim todos os benefícios ao meio ambiente oferecidos pela técnica.

Com base nesta particularidade, única no mundo, o plantio direto aumenta o volume de matéria orgânica no solo, me-

lhorando os atributos físicos, químicos e biológicos da terra. O processo contribui diretamente para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, minimizar o risco de erosão e diminuir o uso de agroquímicos, água, maquinário e, consequentemente, de combustível, entre outros componentes.

As próprias premissas do novo Código Florestal – de compatibilizar produção e proteção para estimular replantios, compensações, serviços ambientais – representam muito mais oportunidades de parcerias e desenvolvimento do que litígios e correção de passivos. O que dizer, por exemplo, da captação de recursos internacionais para reflorestamentos, tendo o produtor rural como protagonista deste esforço? O dinheiro existe, mas sobram preconceitos e faltam projetos.

TRANSFORMAÇÃO

Se o agronegócio é uma alternativa de oportunidades às grandes cidades, o avanço da eficiência no campo mira um grupo enorme de produtores. Hoje, boa parte desses agricultores corre o risco de serem excluídos da atividade.

Cálculos da Sociedade Rural Brasileira suscitam uma indagação importante: “O que fazer com 95% dos produtores que serão excluídos do mercado quando os 5% mais eficientes (200 a 300 mil propriedades) serão responsáveis por 100% da produção agropecuária”? Precisamos criar novas oportunidades de trabalho no campo. Grande parte dos pequenos produtores pode ser capacitada e financiada para intensificar a plantação de árvores criando, assim, uma nova função de “produtor de água”.

Estes números relevam o tamanho do desafio do agronegócio no desenvolvimento regional como um todo. Pelo menos 30 milhões de brasileiros que ainda residem no campo devem ser impactados.

O agronegócio brasileiro é caracterizado por cinco grandes segmentos:

- Agricultura de Subsistência (a grande maioria, erroneamente caracterizada como “Agricultura Familiar”)
- Assentados Rurais (grande parte sem condições de

auto-sustentação e em total abandono, sem qualquer monitoramento sob a ótica da produção agrícola)

- Agropecuarista de porte médio (extensivo ou semi-tecnificado)
- Cooperativas e produtores integrados
- Grandes produtores (empresas familiares)
- Grandes grupos (nacionais e internacionais)

Com exceção das três últimas categorias, as demais estão seriamente ameaçadas se nada for feito. Políticas públicas precisam ser estruturadas. Uma delas é defendida pela atual Ministra da Agricultura, Kátia Abreu. A ministra apoia a classe média rural, uma bandeira da SRB, com o objetivo de mitigar os efeitos deste filtro de eficiência que inevitavelmente atingirá o campo nos próximos anos.

AGENTE INTEGRADOR

Estamos diante de um momento de inflexão, que exige, acima de tudo, coexistência. Pela sua história, repertório, atuação incansável na defesa da competitividade e acima de tudo a preocupação com o futuro do Brasil, a SRB tem o calibre para ser o agente articulador e integrador entre governos, setores produtivos e sociedade civil. Um dos nossos papéis é aproximar e ligar interesses, com foco na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o nosso País. O objetivo é trabalhar por uma sociedade mais bem resolvida.

O Brasil necessita de mudanças e reformas profundas. As melhores decisões poderão ser tomadas e legitimadas somente pelo irrestrito, transparente e franco diálogo.

Independentemente do conflito de ideias numa nação heterogênea como a nossa, é a convicção na busca por mudanças, com as diferenças funcionando como insumo para o debate democrático, e não na conveniência que estimula discursos de posições exacerbadas, que encontraremos a resposta para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade. Assim acreditamos e é nessa direção que temos conduzido as ações da Sociedade Rural Brasileira.

OS DIÁLOGOS SETORIAIS E O PLANEJAMENTO DA PAISAGEM

Carlos Aguiar* e Natália Canova**

* Presidente do Conselho Deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores - Ibá

** Responsável por Assuntos Florestais - Relações Externas - Ibá

Um dos maiores desafios do século XXI é como atender as demandas da população mundial crescente e as pressões do desenvolvimento, com os recursos limitados do planeta. Importantes modelos e projeções mostram que a população global atingirá nove bilhões de habitantes em 2050¹; o fornecimento de alimentos deverá dobrar até 2050²; e a demanda por energia deverá dobrar até 2030. Paralelamente, as mudanças climáticas deverão reduzir a produtividade agrícola em muitos países; a partir de 2030, os setores de produção de alimentos, fibras e energia competirão intensivamente por terra e recursos hídricos³; e haverá um déficit de 200 milhões de hectares de terras produtivas, em 2050. A colheita de madeira (florestas naturais e plantadas) em 2050 deverá ser três vezes maior que a reportada em 2010, chegando a 13 bilhões de m³. Além disso, desenvolver 100% de energia renovável até 2050 exigirá um adicional de 250 milhões de hectares de culturas agrícolas e plantações florestais para a produção de bioenergia⁴, o que se torna fundamental no advento das mudanças climáticas.

A interação destas demandas e desafios é chamada de “4Fs”, da sigla em inglês que representa alimentos, fibras, combustíveis e florestas (*food, fibers, fuel and forests*). Assim, é necessário equilibrar as demandas da po-

pulação com a capacidade de regeneração dos recursos do planeta. As florestas são, incontestavelmente, parte vital deste contexto futuro. Além do papel intrínseco das florestas como provedoras de produtos e serviços, é necessário que haja uma interação entre os setores de produção de fibras, energia e alimentos, e políticas públicas que integrem os setores de uso da terra, no desenvolvimento de estratégias mais sustentáveis.

O desafio atual é: como produzir mais e com qualidade, com recursos limitados conservando os ambientes naturais remanescentes? É fundamental o entendimento de que aumento de produção não ocorre em detrimento do meio ambiente – desenvolvimento econômico e sustentabilidade não são conceitos antagônicos.

Além da garantia de oferta dos produtos oferecidos pelas florestas, como as de rápido crescimento que contemplam 7,6 milhões de hectares no Brasil, a manutenção dos ecossistemas naturais e seus serviços, depende, em primeiro lugar, de uma mudança nos padrões atuais de consumo, de diálogos intersetoriais e práticas agrícolas e florestais que considerem tecnologias e estratégias de uso da terra fundamentadas no planejamento das paisagens.

Algumas das estratégias fundamentais para garantir o bom planejamento e uso da terra incluem: a) a intensificação sustentável; b) a regularização fundiária; c) políticas públicas eficientes; d) diálogos intersetoriais transparentes.

O conceito de intensificação sustentável baseia-se na ideia de produzir mais e de maneira mais eficiente, usando menos insumos e em uma menor área. Para prover as demandas acima mencionadas, o setor agrícola e florestal deve crescer. O setor de base florestal plantada tem expectativas de significativo crescimento de sua área (dobrar até 2025), condicionado ao desenvolvimento de me-

1 UN (2011); World Population Prospects. The 2010 Revision. United Nations Department of Economic and Social Affairs Population Division: New York, USA.

2 Tilman, David; Balzer, Christian; Hill, Jason and Befort, Belinda L. (2011). Global food demand and the sustainable intensification of agriculture, PNAS, vol. 108(50), pp. 20260–20264.

3 IFPRI (2009); Climate Change: Impact on Agriculture and Costs of Adaptation. International Food Policy Research Institute: Washington, D.C., USA.

4 Taylor, R (editor) (2011); Forests for a Living Planet, “Chapter 4: WWF Living Forests Report”. WWF International: Gland, Switzerland.



EXEMPLO DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA, NA FASE LAVOURA-FLORESTA.

canismos de valoração dos produtos e serviços, além de políticas públicas de incentivo.

É fundamental que este crescimento avalie, além das tecnologias de intensificação disponíveis, o planejamento sobre as áreas elegíveis para expansão, direcionando seu crescimento para áreas previamente convertidas, como pastagens degradadas. Isso pode ser considerado como crescimento responsável e gestão de paisagens sustentáveis⁵, evitando a perda de habitats e dos vários serviços ambientais. O setor brasileiro de árvores plantadas está fortemente comprometido com tais valores, pois sua expansão tem ocorrido prioritariamente em áreas previamente degradadas. Estudos apontam que quase 40% das pastagens no Brasil encontram-se abaixo da média de produtividade global. A intensificação e o aumento de produtividade nessas áreas têm significativo potencial de tornar áreas disponíveis para outras culturas e para a restauração.

Uma vez definidas as áreas mais apropriadas para a expansão, tecnologias como agricultura de precisão, biotecnologia, tecnologias de satélite, mecanização da silvicultura e boas práticas de manejo poderão ser adotadas. A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) também oferece muitos elementos necessários para inovação em áreas marginais. A introdução do componente florestal nos sistemas integrados de agricultura e pecuária (ILPF) pode ser uma estratégia de inovação para áreas marginais e tem grande potencial de diversificar as receitas do produtor. Estes sistemas têm um papel social bastante relevante no desenvolvimento rural e tem sido amplamente estimulados nos programas de fomento com produtores rurais ligados à cadeia das empresas do setor florestal.

Também é fundamental o estabelecimento de um planejamento produtivo que envolva os distintos setores de uso da terra e que considere os serviços ambientais. Nesse sentido, o setor florestal brasileiro participa da Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis, que visa a disseminar boas práticas do manejo da paisagem, construindo mosaicos de florestas naturais entremeados às florestas plantadas de

⁵TNC (2014) Planejando Paisagens Sustentáveis. 1ª Edição, São Paulo.



EXEMPLO DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA, NA FASE PECUÁRIA-FLORESTA.

produção. Isso assegura seus serviços ambientais, como a biodiversidade e a restauração de corredores ecológicos⁶.

A manutenção dos recursos hídricos é outro serviço ambiental que tem sido amplamente discutida nos últimos meses, principalmente devido à crise no Estado de São Paulo. A solução deste conflito depende, além de ações do governo, de boas práticas de vários setores. Para regular a oferta e a demanda de água, o setor florestal vem participando de diversos programas e projetos para monitorar e avaliar as externalidades positivas e negativas de suas atividades. As empresas participam de diversos comitês de bacias hidrográficas, atuando e dis-

cutindo políticas públicas com a sociedade civil, órgãos do governo e diversos usuários dos recursos hídricos e de partes interessadas integrados à paisagem. Uma parceria que vem dando resultados há quase 30 anos é o Programa de Monitoramento Ambiental em Microbacias (PROMAB). Parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (IPEF) e empresas do setor privado, avalia os efeitos do manejo florestal sobre os recursos hídricos em microbacias experimentais, comparando microbacias gêmeas, uma com atividades de manejo florestal e outra com vegetação natural sem intervenções de manejo. Os resultados mostram que os indicadores monitorados permanecem na mesma faixa em ambas as microbacias. Outra estratégia fundamental para viabilizar o estabelecimento de projetos e políticas de uso da terra sustentável é a regularização fundiária. Em muitos municípios brasileiros as áreas das propriedades não estão bem definidas, havendo, muitas vezes, sobreposição. Indefinições quanto

⁶ Mosaicos florestais sustentáveis: monitoramento integrado da biodiversidade e diretrizes para restauração florestal / Carlos Alberto Bernardo Mesquita ... [et al.]; [fotos Christine Dragisic, Thadeu Melo]. – Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2011. 44 p. : il. color.; 21x30 cm. – Cadernos do Diálogo; v. 3).

à propriedade e uso da terra levam a conflitos e a marginalização de comunidades tradicionais, produtores e populações indígenas que não tenham seus direitos assegurados. Após importantes debates intersetoriais e o engajamento com a sociedade civil organizada, em 2012, chegou-se a um acordo sobre o Novo Código Florestal (Lei no 12.651/2012). O Código Florestal estabeleceu uma ferramenta de grande relevância, que possibilitará um efetivo planejamento do uso da terra e a gestão da paisagem: o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este permitirá a identificação de áreas de potenciais sobreposições, além dos ativos e passivos ambientais de cada região. O setor firmou parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Embrapa e Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável (FBDS) visando promover o CAR no setor e em sua cadeia produtiva, incluindo fornecedores e seus fomentados, acreditando que a regularização fundiária e o diagnóstico da situação das propriedades rurais no País são fundamentais para o planejamento estratégico das empresas, para os planejamentos de expansão, e, principalmente, para o estabelecimento de políticas públicas de incentivo a pequenos produtores, à agricultura e produção florestal.

O governo federal tem papel fundamental na integração de setores ao estabelecer políticas e programas de uso do solo. As decisões não devem ser tomadas em grupos fechados dentro de cada ministério ou setor. Diálogos entre os ministérios e com os setores produtivos são fundamentais para que não sejam criadas políticas contraditórias. Por exemplo, estímulo ao desenvolvimento de energias fósseis em contrapartida às fontes renováveis; políticas que restrinjam o uso de espécies exóticas como eucalipto e pinus, sendo estas as principais espécies para a produção em escala de celulose, papel, painéis de madeira, carvão e outros usos. Para evitar que isso ocorra, os diálogos participativos entre governos, sociedade civil e setores, à luz das discussões para a revisão do Código Florestal, são fundamentais. Não apenas o governo, mas padrões e políticas internacionais podem impactar significativamente a gestão da paisagem. As metas de biodiversidade assumidas no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e as que devem ser, agora, compromisso para o novo Acordo Climático sob os termos da Convenção Quadro das Nações Unidas (UNFCCC), exigirão do governo brasileiro políticas e projetos mais ousados e que considerem os

**AS ESTRATÉGIAS APRESENTADAS
SÓ SERÃO POSSÍVEIS SE
CONSTRUÍDAS DE FORMA
PARTICIPATIVA. APESAR DA MAIOR
COMPLEXIDADE E DINAMISMO,
APENAS O DIÁLOGO EFICAZ E
PROPOSITIVO, QUE DIRECIONE
PROJETOS E POLÍTICAS
CONCRETAS, PODE CONSTRUIR
PONTES ENTRE OS DISTINTOS
SETORES DE USO DA TERRA**

serviços ambientais das florestas plantadas e naturais, como a absorção do carbono e o potencial de manutenção da biodiversidade.

As estratégias apresentadas só serão possíveis se construídas de forma participativa. Apesar da maior complexidade e dinamismo, apenas o diálogo eficaz e propositivo, que direcione projetos e políticas concretas, pode construir pontes entre os distintos setores de uso da terra, e permitir uma visão mais holística do uso do solo e a inclusão dos aspectos sociais, ambientais e econômicos na tomada de decisão.

Acreditamos fortemente que as árvores plantadas desempenham função crucial na discussão dos desafios para atender às demandas futuras e conservar os recursos naturais. Reconhecemos e reiteramos que, apesar de projetos independentes e metas setoriais, políticas e resultados concretos somente serão alcançados se houver um diálogo transparente e propositivo com os distintos setores, a sociedade civil e os governos e fóruns nacionais e internacionais.

POR QUE PRECISAMOS DIALOGAR? PORQUE TEMOS DESAFIOS COMPLEXOS PARA SOLUCIONAR

Juliana de Lavor Lopes

Diretora de Sustentabilidade da AMAGGI e Coordenadora do Grupo Temático de Alimentos e Agricultura da Rede Brasileira do Pacto Global

Quando recebi o convite para escrever este artigo, o que mais me atraiu foi o tema que seria abordado neste sexto volume do Cadernos do Diálogo: Diálogo entre setores. Isso porque, a cada dia que passa, tenho certeza de que somente construímos e construiremos soluções para as questões sociais, ambientais e humanas mais complexas a partir de um diálogo transparente.

Paulo Freire e Moacir Gadotti, no prefácio da quarta edição do livro “Pedagogia: Diálogo e Conflito”, sustentam e reforçam a ideia de que “o diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagonísticos”. Isso significa que podemos pensar de forma diferente, igual, semelhante, complementar, mas se não estivermos trabalhando em propósitos comuns de longo prazo, com uma visão de mundo similar ou com objetivos iniciais próximos, não conseguiremos dialogar.

E por que precisamos dialogar? Porque temos desafios complexos para solucionar.

Entre eles, podemos citar o aumento da demanda por alimentos para uma população estimada em 9 bilhões de pessoas no ano de 2050 (sem esquecer que outro desafio é a erradicação da fome para mais de 900 milhões de pessoas e a garantia da qualidade nutricional necessária para cada ser humano); a escassez da água em alguns países (ainda mais crítica se somarmos o fato de que 1,8 bilhão de pessoas usam, como única fonte para consumo, água contaminada por fezes); o fato de termos ainda 10% das crianças do mundo fora da escola primária e, nas regiões ainda em desenvolvimento, mais de 25% das crianças que estão na escola não conseguem completar o ensino primário.

O agronegócio brasileiro vem dando bons exemplos, ao longo dos últimos anos, de como pode contribuir com a

solução de problemas complexos. Mas os resultados podem ainda ser multiplicados se todos os atores socioeconômicos envolvidos tiverem uma atuação forte e contínua.

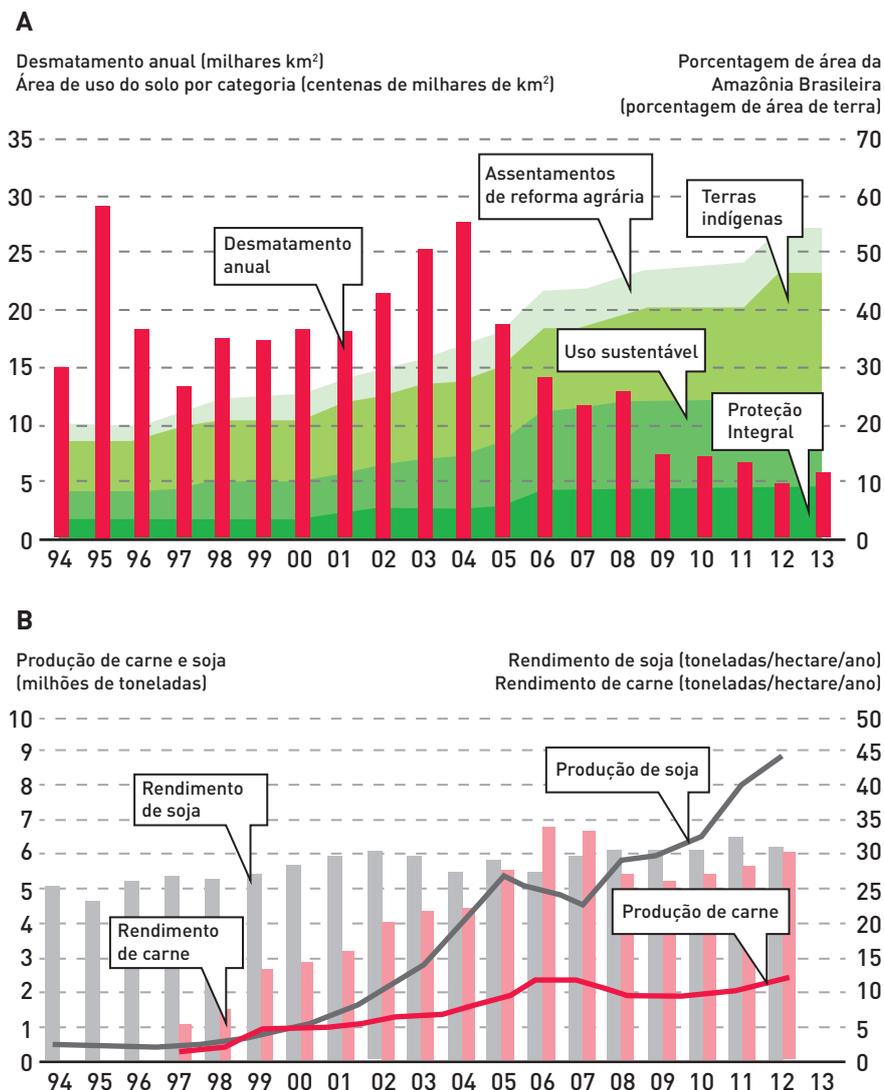
Em junho de 2014, Daniel Nepstad e outros autores, escreveram o artigo *Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains*, na Revista Science¹, em que dizem que “o recente declínio de 70% no desmatamento na Amazônia brasileira (de 2005 a 2013) sugere que é possível gerir o avanço de uma vasta fronteira agrícola. Aplicação das leis, as intervenções nas cadeias de soja e de fornecimento de carne, as restrições ao acesso ao crédito, e expansão das áreas protegidas parecem ter contribuído para esse declínio, como fez um declínio na demanda por novos desmatamentos”.

Essa redução do desmatamento evitou a emissão de 3,2 Gt de CO² para a atmosfera e fez com que o Brasil alcançasse uma posição de liderança mundial para a mitigação das mudanças climáticas. E esses resultados ainda se deram em um cenário de aumento da produção e produtividade da soja no Brasil, como podemos ver nos gráficos ao lado. No entanto, como salientado na conclusão do artigo, “o desafio agora é construir um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável que seja complementado por incentivos positivos, medidas financeiras e sistemas de reconhecimento; e não somente medidas punitivas”.

No setor agrícola, em especial da soja, várias iniciativas, projetos e parcerias têm sido desenvolvidos com o objetivo de alcançar uma cadeia produtiva responsável, com impactos socioambientais positivos e com a participação de diversos stakeholders.

¹ <http://www.sciencemag.org/content/344/6188/1118.full?ijkey=dINzekP1bSu86&keytype=ref&siteid=sci>

TAXA DE DESMATAMENTO/ PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE SOJA E CARNE



A ATUAÇÃO CONJUNTA DO SETOR PRODUTIVO COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ACADEMIA TEM GERADO FRUTOS E RESULTADOS MUITO IMPORTANTES E TAMBÉM PROPORCIONAM UM APRENDIZADO PARA AS PARTES, QUE CONTRIBUI PARA UMA MELHORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DE AMBOS.

A atuação conjunta do setor produtivo com as organizações não governamentais e a academia tem gerado frutos e resultados muito importantes e também proporcionam um aprendizado para as partes, que contribui para uma melhoria no processo de gestão de ambos.

Na AMAGGI, essa relação cada vez mais próxima, tem nos levado a refletir a cada conceito e ideia nova que é trazida ou que aparece como um desafio futuro. São esses momentos que fazem a gente olhar para “dentro de casa” e

pensar como fazer melhor, de forma mais eficiente, mais viável e, finalmente, como obter resultados econômicos, sociais e ambientais para a empresa e para a sociedade.

Agradecemos muito o aprendizado e a troca de experiências que tivemos com cada instituição ao longo dos últimos anos. Posso citar parcerias de sucesso realizadas em 2014 como por exemplo com a The Nature Conservancy (TNC) – no projeto Soja Mais Verde, executado por meio de parcerias com municípios e produtores rurais em regiões



PRONUNCIAMENTO DA AMAGGI SOBRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO GLOBAL COMPACT LEADERS SUMMIT 2013.

do Mato Grosso; com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) –, que tem feito diversas pesquisas científicas disponibilizadas ao público na Fazenda Tanguro, no município de Querência (MT); com a Aliança da Terra, que tem atuado junto conosco em ações socioambientais na cadeia de fornecimento da soja; com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) – nas iniciativas que tratam de valoração ambiental, serviços ecossistêmicos e desenvolvimento local; com a Rede Brasileira do Pacto Global, que em 2014 criou um Grupo Temático de Alimentos e Agricultura liderado pela Amaggi; com a Fundação Dom Cabral, que vem nos apoiando no processo de formação de gestão para a sustentabilidade dos nossos executivos; entre tantos outros que vem somando muito no nosso processo de conhecimento e atuação para o desenvolvimento sustentável.

- 40 | Além disso, outro processo de diálogo e construção também se torna cada vez mais importante, que é o do setor em si, e não somente de uma ou duas empresas, com os diversos stakeholders que atuam ou representam instituições, cidadãos, governos, entre outros, com interesse em um tema transversal ou pontual de certa cadeia produtiva.

Podemos citar exemplos como a Moratória da Soja e a criação do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que conta com a participação de empresas, associações representativas, organizações não governamentais ambientais e governo para garantir a execução do acordo firmado e a governança da iniciativa; e da Round Table on Responsible Soy Association (RTRS) – que atualmente conta com mais de 170 membros divididos em três grupos constitutivos em sua governança: Produtores; Indústria, Comércio e Finanças; e Organizações da Sociedade Civil; de diversos países e que durante vários anos discutiram e elaboraram Princípios e Critérios para uma produção de soja responsável e que estão divididos em cinco pilares: cumprimento legal e boas práticas empresariais, condições de trabalho responsáveis, relações comunitárias responsáveis, responsabilidade ambiental e boas práticas agrícolas.

Estamos avançando, agora, em um processo mais abrangente, onde a discussão de problemas complexos se dá com a criação de espaços de atuação e engajamento de diversos setores e stakeholders da cadeia de alimentos e agricultura. Isso porque todas as atividades econômicas

PRINCÍPIOS EMPRESARIAIS PARA ALIMENTOS E AGRICULTURA



1. Promover segurança alimentar, saúde e nutrição

As empresas devem desenvolver sistemas agrícolas e de alimentos que otimizam a produção e minimizam o desperdício, a fim de fornecer nutrição e promover a saúde para todas as pessoas no planeta.



2. Ser ambientalmente responsável

As empresas devem apoiar a intensificação sustentável dos sistemas de alimentação para atender às necessidades globais de gestão de agricultura, pecuária, pesca e silvicultura de forma responsável. Elas devem proteger e melhorar o meio ambiente e usar os recursos naturais de forma eficiente e otimizada.



3. Garantir viabilidade econômica e compartilhar valores

As empresas devem criar, entregar e compartilhar valores ao longo de toda a cadeia de alimentos e agricultura – dos agricultores aos consumidores.



4. Respeitar os direitos humanos, criar trabalho digno e ajudar as comunidades rurais a prosperarem

As empresas devem respeitar os direitos dos agricultores, trabalhadores e consumidores. Elas devem contribuir para melhorar a vida dessas pessoas, promover e fornecer oportunidades iguais a fim de que as comunidades se tornem atrativas para se morar, trabalhar e investir.



5. Incentivar a boa governança e a responsabilidade

As empresas devem respeitar as leis e atuar de forma responsável, respeitando os direitos da terra e dos recursos naturais, evitando a corrupção, sendo transparentes sobre suas atividades e reconhecendo seus impactos.



6. Promover o acesso e a transferência de conhecimento, habilidades e tecnologia

As empresas devem promover o acesso à informação, conhecimento e habilidades para sistemas agrícolas e de alimentos mais sustentáveis. Elas devem investir no desenvolvimento de capacidades dos pequenos agricultores e de pequenas e médias empresas (PMEs), bem como em práticas mais eficazes e novas tecnologias.

existentes nessa cadeia são complementares, interconectadas e/ou dependentes.

Foi com esse objetivo que, durante a Rio+20, se iniciou a discussão dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura do Pacto Global das Nações Unidas e que durante dois anos contou com processos de consulta pública, reuniões e debates internacionais com a participação de diversas empresas, organizações não governamentais, representantes da sociedade civil, agências da ONU, entre outras instituições.

A AMAGGI participou deste processo desde o início e, em setembro de 2013, o nosso CEO, Waldemir Ival Loto, foi convidado a proferir um discurso no *Global Compact Leaders Summit 2013*, convidando os principais líderes empresariais do planeta a pensarem um modelo de agricultura mais sustentável em seus países.

E assim, um ano após este convite, os Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA), anteriormente denominados de Princípios Empresariais para Agricultura Sustentável, foram lançados na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque². A renomeação do mesmo para o lançamento demonstra que não devemos ter princípios específicos para ter uma agricultura sustentável, mas que todo o processo do setor de agricultura e alimentos precisa seguir princípios semelhantes para que possamos contribuir para o alcance de uma sociedade sustentável.

Com o lançamento dos PEAA no Brasil em março de 2015, deu-se início a construção de um debate para definir a atuação do país para colocar todos esses princípios em prática. O Brasil há muito tempo é apresentado como celeiro do mundo, mas acredito que temos todas as condições de apresentar muito mais: podemos ser o berço de um novo modelo de desenvolvimento, em que toda a cadeia de alimentos e agricultura seja sustentável.

Finalizo aqui convidando a todos para conhecer mais sobre o PEAA, participar deste movimento conosco e criar assim, como tratado durante a Rio+20, o Futuro que Queremos.

² https://www.unglobalcompact.org/Issues/Environment/food_agriculture_business_principles.html

O IMPORTANTE PAPEL DAS MESAS REDONDAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NACIONAL

Giovana Baggio de Bruns

MSc, Engenheira Florestal. Coordenadora da Estratégia de Agricultura, The Nature Conservancy - Brasil

Sempre com o intuito de colaborar para o aprimoramento cada vez maior dos temas socioambientais e para a sustentabilidade no setor agrícola e florestal brasileiro, dentre outras iniciativas, as organizações não governamentais tem papel primordial e estão representadas em diversas mesas formadas por membros do setor agropecuário/florestal e da sociedade civil, como: GTS - Grupo de Trabalho da Soja - ligado a Moratória da Soja, RTRS - sigla em inglês para Mesa Redonda da Soja Responsável, GTPS - Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, Bonsucro - iniciativa para a certificação da produção sustentável da cana de açúcar, FSC Brasil - Conselho de Manejo Florestal do Brasil, Diálogo Florestal, Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima, Pacto para a Restauração da Mata Atlântica, Pacto Global (ONU), dentre outros.

As dificuldades iniciais de visão entre os representantes do setor agrícola/florestal e o terceiro setor foram paulatinamente sendo superadas na medida em que o esclarecimento sobre ações em andamento em prol da produção responsável foram colocadas na mesa pelas empresas. Ao mesmo tempo em que o papel das ONGs foi sendo debatido de forma cada vez mais transparente, mostrando que o terceiro setor estava aberto a não apenas exigir, mas colaborar para junto com o setor produtivo trazer soluções práticas para a produção cada vez mais sustentável no campo.

Durante esses anos de intensas discussões, como representante da The Nature Conservancy (ONG internacional com mais de 60 anos e atuando no Brasil há 25 anos), muitos pontos em comum entre os diversos setores puderam ser observados. Um importante tópico, frequentemente presente nos debates, foi a intensa preocupação multi-setorial com o atendimento a legislação

ambiental nacional, principalmente as dificuldades que os produtores rurais enfrentam em relação ao cumprimento efetivo das premissas do Código Florestal dentro da propriedade. Até hoje essa preocupação permeia a maioria das reuniões setoriais. A inclusão do Cadastro Ambiental Rural no texto do novo Código Florestal, em 2012, trouxe uma luz para iluminar os passos iniciais do caminho que os produtores deveriam seguir em direção à regularização de suas propriedades. Contudo, a nebulosidade dos procedimentos e regulamentações nacionais e estaduais ainda é uma grande preocupação, que vem sendo amenizada pela força que entidades e empresas participantes desses fóruns multi-setoriais têm para facilitar o cadastramento dos produtores, até mesmo por via municipal. Graças à união desses esforços, campanhas e ferramentas para facilitação do cadastramento foram construídas com apoio de governos locais, estados como o Mato Grosso já tem mais de 50% de suas propriedades cadastradas no sistema estadual.

Inúmeras iniciativas em andamento, para a sustentabilidade agrícola, tiveram nessas mesas seu ponto de partida. Muitos resultados conjuntos tiveram como base mapeamentos, estudos e diagnósticos que resultaram em sugestão de ações de planejamento de paisagem.

O objetivo primordial de se planejar uma paisagem produtiva sustentável é aliar a possibilidade de intensificação ou expansão de áreas para a produção de alimentos, fibras e biocombustíveis com a conservação e/ou recuperação de remanescentes da vegetação natural.

Em geral, esses estudos iniciam-se com a análise espacial do mosaico formado entre áreas naturais e áreas de plantações e/ou pastagens. A partir do levantamento da realidade regional, cenários são criados para a expan-



DEBATES DA MESA REDONDA DA SOJA RESPONSÁVEL.

são/intensificação sustentável de atividades agrícolas sem a necessidade de conversão de ecossistemas. Os melhores cenários consideram também a infraestrutura para escoamento de alimentos até armazéns, indústrias de processamento, portos e ferrovias. A questão “logística” é crucial nessas análises, pois a redução da necessidade de deslocamentos durante o transporte das safras colhidas traz um enorme benefício ambiental e econômico para toda a sociedade, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis e emissões atmosféricas, além de baratear o custo de transporte por tonelada, diminuindo assim o preço do produto final que vai para a mesa do consumidor.

As áreas identificadas por esses levantamentos como mais propícias para a expansão agrícola geralmente são formadas por pastagens degradadas subutilizadas, essas são intituladas nesses trabalhos pelo termo em inglês “Go Zones”, bem como as áreas de vegetação

natural aparecem com o termo “No Go Zones” ou seja, áreas onde a expansão de plantios não é recomendável.

A intenção é que esses mapeamentos sejam o embasamento para decisões do agronegócio e do setor florestal em relação a expansões e investimentos, bem como auxiliem governos em zoneamentos regionais com vistas ao crescimento e manutenção da produção rural em consonância com a conservação dos recursos naturais, principalmente os remanescentes dos principais Biomas brasileiros.

Decisões que visam a sustentabilidade da atividade no longo prazo, não tem como deixar de considerar aspectos ambientais e sociais, que muitas vezes podem até mesmo limitar ou inviabilizar investimentos econômicos. Esses aspectos socioambientais são o cerne das discussões das mesas redondas que tem ido além do debate e já tocam no desenvolvimento de ações práticas conjuntas, conforme citado nos exemplos relatados nos parágrafos anteriores.

É por isso que esses fóruns de debate tem sido um exemplo para outros setores produtivos e são considerados tão importantes. O setor que tem visão mais clara de seu território, dos atores que atuam nele, das diversas opiniões da sociedade e que tem a liberdade de trocar ideias claras sobre suas atividades, sempre avançará mais do que aqueles que não têm essa prática. Sem contar a enorme bagagem de novas ideias e soluções que se pode encontrar quando mais cabeças pensam juntas em prol de um objetivo comum.

**INÚMERAS INICIATIVAS
EM ANDAMENTO, PARA A
SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA,
TIVERAM NESSAS MESSAS SEU
PONTO DE PARTIDA.**

DA CERTIDÃO NEGATIVA DE CUMPLICIDADE PARA A BOA CARNE: EVOLUÇÃO DA AGENDA DO DIÁLOGO NA CADEIA DA PECUÁRIA

Roberto Smeraldi

Jornalista, diretor da OSCIP Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, vice-presidente do instituto ATÁ e autor de livros como o Novo Manual de Negócios Sustentáveis (Publifolha).

A importância da pecuária para efeito de paisagem no Brasil foi subestimada por muito tempo, inclusive pela sociedade civil organizada. O quadro iniciou a mudar só em meados da década passada, quando nossa instituição lançou um relatório aprofundado chamado “O Reino do Gado”, que caracterizava a pegada do setor pelos pontos de vista ambiental e econômico. Uma das possíveis explicações para o tardio debate público reside talvez num fato pouco destacado: até 2001, o Brasil basicamente era um exportador de carne apenas para nichos. E em 2006, incrivelmente, já havia se tornado o primeiro exportador do mundo.

A hipótese está dada: se a sociedade civil, incluindo nossa instituição, estava ativa nos anos anteriores monitorando setores como os de soja ou madeira, amplamente marcados por um perfil exportador, o tema da pecuária era difícil de ser posicionado, por exemplo, em propostas para muitos doadores, pois sua visibilidade na mídia global era modesta. Eu mesmo lembro várias tentativas mal sucedidas perante fundações, quando tentávamos pautar esta prioridade.

Mas a partir do momento em que o tema se firmou - seja por insistência de alguns entre nós, seja pela excepcional evolução da nossa indústria, seja ainda, mais adiante, pela paradigmática e impactante denúncia do Greenpeace em 2009 - a abordagem prevalecente sobre o tema deixava de levar em consideração duas características peculiares do setor, que o diferenciavam expressivamente de outros.

A primeira diz respeito ao fato que - ao contrário do que ocorre com as demais cadeias da proteína animal, como aves e suínos, ou mesmo com as de grãos - as cadeias da

pecuária (as de corte, como carne, sebo e couro, mas em parte também a leiteira) apresentam um baixíssimo nível de integração. Mais ainda: guardam ranços históricos de conflito explícito entre seus elos, apesar de todos serem, de alguma forma, sócios do negócio. Esta análise extrapolaria o foco deste artigo, mas vale citar, como exemplo de parcial explicação, a natureza tipicamente patrimonialista (portanto, pré-capitalista) da cultura pecuarista tradicional. Algo pela qual interessava mais aumentar rebanho (mesmo que ele fique velho e se deprecie) e terra (mesmo com posse frágil sobre ela) do que levar quantos mais animais ao abate, assim aumentando a renda. Mas idiosincrasias semelhantes atingiam também os elos da indústria, do comércio e a própria cultura consumidora.

A segunda característica está relacionada com o fato que, por conta da citada recente migração para um perfil exportador, a instalação de um parque industrial brasileiro alinhado com os padrões globais de segurança do trabalhador, questões sanitárias, bem-estar animal e impactos ambientais é recente. Isso resultou na criação de um duplo padrão: o primeiro mais rigoroso, sob a fiscalização federal, e o segundo quase sem regras, sob a inexistente fiscalização estadual e municipal. Aliás, cada um dos dois padrões se desdobra em mais dois, perfazendo quatro, o que contraria qualquer lógica mercadológica, sanitária, científica, etc.

Lembro que um momento chave desta jornada foi uma reunião interna, alguns anos atrás. Eu acabava de mostrar uns dados que vinham do maior frigorífico do País, apontando para o número de cabeças que cada unidade industrial deles havia recusado em determinado período por conta de suspeitas de desmatamento nas propriedades de origem. Um colaborador nosso comentou: “Inte-



O FATO DO BRASIL SE TORNAR EXPORTADOR DE CARNE FOI UM DOS MOTIVOS PARA SE QUESTIONAR O EFEITO DA PECUÁRIA NA PAISAGEM.

ressante... agora, será que todo esse boi morreu de velho?”. Isso nos fez perceber que, mesmo com os avanços obtidos nas políticas de compra de algumas empresas, o problema que queríamos enfrentar não se resolveria na medida em que grande parte do setor industrial ficasse à margem de qualquer legalidade.

E aí veio o novo desafio, de novo com doadores, parceiros, etc.: convencê-los de que só uma abordagem de cadeia poderia funcionar, até mesmo para os que estivessem meramente interessados em resolver um problema que ocorre lá na fazenda, porteira adentro. Até porque uma mudança de tecnologia, cultura e modos de produção nunca ocorre se o investimento não for compartilhado pela cadeia que se beneficia dele. Ainda com um complicador adicional: no caso do pecuarista brasileiro, há uma resistência tradicional em acessar crédito para investimento. É curioso que, apesar disso ser reconhecido de

forma mais ampla ao longo do tempo e terem se formado iniciativas como a do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) que procuram englobar elos diferentes da cadeia, ainda os financiamentos disponíveis para projetos inovadores focam basicamente experiências piloto no campo, com raras exceções.

Nos últimos dois anos, algo mudou. A agenda de interlocução com o setor privado das instituições da sociedade civil com atuação mais direta sobre o tema - notadamente TNC, IPAM, Imazon, Imaflora, Amigos da Terra - avançou expressivamente, seja bilateral, seja multilateralmente. Por quê? Sem querer simplificar além da conta, enxergamos um divisor de água no que ocorreu após uma grande reportagem do Fantástico em março de 2013. Uma grande campanha de mídia foi lançada por uma empresa líder para criar “marca” de carne. Isso foi seguido depois por outras empresas, mesmo que com campanhas menos



A ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA PECUÁRIA PODE AJUDAR A EQUACIONAR AS QUESTÕES AMBIENTAIS.

impactantes. O que interessa é que se trata de um caminho sem volta: o mercado vai abandonar progressivamente o conceito de carne anônima, um caso talvez único nos produtos de massa.

É ali que as empresas começaram a perceber que o desafio ia bem além de questões ambientais: trata-se de uma nova maneira de organizar a cadeia que, a partir do conhecimento de seus fornecedores, se torna oportunidade de modernização e competitividade. Aumentar produtividade é chave para gerar mais lucro no campo, mas também para garantir mais oferta de boi para uma indústria que tem sofrido bastante por carência de fornecimento, nos últimos anos. Cadastrar fornecedores não serve apenas para checar ilegalidades ambientais ou trabalho escravo, mas para fidelizar produtores e reduzir riscos. Ter um animal mais jovem e com melhor acabamento e padronização de carcaça, e remunerá-lo de forma inteligente, é uma oportunidade de agregação de valor. Apoiar práticas de bem-estar animal contribui para melhorar o pH da carne. É em cima dessas sinergias que avançamos no período mais recente.

Onde acho que não avançamos significativamente, ainda, é no aspecto mais sistêmico, ou seja a interface com o setor público. Está claro que a redução drástica da pegada territorial da pecuária é condição para três desafios estratégicos do governo. O primeiro é o de gerar espaço qualificado para expansão de outros cultivos, sendo que a pastagem ocupa 80% da área cultivada e poderia logo gerar o mesmo produto em um terço desta área. Isso é essencial para segurança alimentar e energética do país. O segundo é de permitir a recuperação de florestas previstas pelo código florestal. E o terceiro é justamente aquele de aumentar a produção de carne. Alguns têm dificuldade para entender esse ponto, mas é essencial. Sem reduzir a pegada territorial, não vamos melhorar nossa taxa de desfrute (quantia de animais que pode ir ao abate dentro do rebanho total) e não vamos aumentar a produção de carne, que é o que interessa. Comprova isso o fato que, a partir de 2007, com a redução do desmatamento na Amazônia, a produção de valor agropecuário da região disparou, enquanto muitos previam o contrário.

Um tema que não podemos esquecer de mencionar é a importância dessa cadeia para efeito do balanço nacional de emissões de carbono e metano. Em 2009, publicamos um estudo científico com especialistas do Inpe, Unb e Embrapa, mostrando que aproximadamente 50% das emissões do País, no período 2003-2008, estavam vinculadas à pecuária (desmatamento, degradação de pastagens, fermentação entérica, etc.). Isso mudou por conta de redução do desmatamento na Amazônia, mas continua na área onde a redução futura de emissões apresenta a relação de custo-efetividade mais alta, em relação às áreas energéticas, ou de transporte, etc. Em certas condições, quando associada a ações de recuperação florestal que melhoram o acesso à água e o bom manejo da pastagem, a pecuária pode se tornar até um sequestrador líquido de carbono. É mais um dos casos em que precisaria de uma atenção estratégica do governo. Mesmo programas bem intencionados como o Agricultura de Baixo carbono (ABC) do MAPA não têm sido conduzidos com esta lógica.

Nos últimos dois anos avançamos em diversas frentes do diálogo entre atores. Por um lado, com experiências de nicho, mas altamente revolucionárias: é o caso emblemático da pecuária verde implantada no município de Paragominas (PA), de experiências semelhantes no Norte de Mato Grosso, em Alta Floresta, ou no Acre, assim como obviamente alguns destaques que nos orgulham por atingir a certificação RAS de sustentabilidade, a mais avançada no mundo, como o grupo JD de Mato Grosso e a Beef Passion (MS e SP). Ao mesmo tempo, os atores passaram a ter mais conhecimento (e espero, confiança) entre eles, por meio de uma intensa agenda de conversas que visam eliminar preconceitos. Acho que foram de especial valor aquelas que ocorreram nas associações de produtores, especialmente no Pará, onde nos últimos 18 meses houve uma inédita série de eventos que levou a cadeia inteira (bancos, grandes varejistas, frigoríficos, ONGs, Ministério Público, fornecedores de insumos, academia, governo, etc.) a discutir diretamente com os produtores. Na escala nacional, a atuação do citado GTPS amplifica e dá continuidade a essas iniciativas.

Nasceu assim um conceito simples, mas inovador: a de Agenda Única da Boa Carne, a partir deste diálogo entre atores múltiplos. Constatou-se como demandas fre-

EM 2009, PUBLICAMOS UM ESTUDO CIENTÍFICO COM ESPECIALISTAS DO INPE, UNB E EMBRAPA, MOSTRANDO QUE APROXIMADAMENTE 50% DA EMISSÕES DO PAÍS, NO PERÍODO 2003-2008, ESTAVAM VINCULADAS À PECUÁRIA (DESMATAMENTO, DEGRADAÇÃO DE PASTAGENS, FERMENTAÇÃO ENTÉRICA, ETC.).

quentes priorizam eliminar práticas inaceitáveis, como abate irregular, desmatamento e trabalho forçado. Mas hoje não é mais suficiente a certidão negativa de cumulatividade: procuram-se garantias sobre atributos positivos, como produtividade, cuidados sanitários, qualidade, origem e rastreabilidade.

Dessa forma se consolidou uma abordagem que reconhece a necessidade de compartilhar investimentos para oferecer ao consumidor brasileiro e estrangeiro não apenas um produto “livre de alguma ameaça”, e sim um produto bom para a saúde, o gosto, o ambiente e a sociedade.

A Agenda da Boa Carne dialoga com os instrumentos positivos existentes, como política de compra, sistemas de gestão de fornecedores ou de remuneração qualificada, políticas tributárias, campanhas de conscientização para convergirem estrategicamente, além de seus objetivos específicos.

Como comentei acima, acho que este caminho não tem volta. Mas os prazos em que isso se dá são chave, para o clima global assim como para economia nacional. E para este processo amadurecer e se consolidar, especialmente dada a magnitude do setor, vai precisar ainda de uns bons empurrões. | 47

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: FLORESTAS, ÁGUA E BIODIVERSIDADE NÃO DÁ PARA SEPARAR

João de Deus Medeiros* e Wigold Bertoldo Schaffer**

*Biólogo, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente do Grupo Pau Campeche

**Administrador de empresas, ambientalista e Coordenador do Conselho Consultivo da Apremavi

A evolução da humanidade se caracteriza por uma busca constante de novos espaços e criação de novas necessidades. Transformar a natureza, domesticando-a de acordo com as conveniências, foi sempre uma regra, e a medida que as sociedades humanas avançam maior se torna essa tendência.

Mesmo que os impactos negativos dessa intervenção do homem sobre a natureza tenham se manifestado já nos primórdios da expansão humana no planeta, imperativos de ordem ética e moral foram elaborados para legitimar e justificar essa apropriação da natureza pelo homem. Com essa postura, ao mesmo tempo arrogante e inconsequente, muitas nações extrapolaram limites e com isso decretaram sua derrocada. Crise ambiental, portanto, não é exatamente uma construção da modernidade. Não obstante, o rápido avanço da ciência e da tecnologia nas sociedades modernas ampliou essa crise. A chamada revolução industrial pode ser indicada como um dos fenômenos mais contundentes nesse processo gerado pelo engenho humano. Na procura por maior eficiência no trabalho e redução do esforço humano, o homem moderno vai mais fundo, retirando a energia necessária ao suprimento das suas novas e crescentes necessidades das entranhas da Terra. Com a queima de combustíveis fósseis um novo e perigoso processo de intervenção humana sobre o planeta se iniciou.

Num planeta finito, cada vez mais quente e populoso, a contabilidade da utilização dos recursos naturais não fecha, provocando sede, fome, miséria, perdas econômicas e migrações em diversas partes da Terra, e uma perda de biodiversidade sem precedentes.

A crítica a esse modelo também não é um fenômeno novo, e em diversos momentos da história se manifestou, con-

tudo, como hoje se evidencia, essas vozes sempre foram eclipsadas pela sanha desenvolvimentista. A legitimação do processo nunca foi problema. O degradador sempre tem uma justificativa para a degradação: o loteador justifica que a cidade precisa crescer e as pessoas precisam de moradia, o poder público justifica que está fazendo a obra no interesse público e que não tem alternativa técnica e locacional, o rico contrata um estudo fantasioso que minimiza o impacto ambiental e “convence” as autoridades a aprovar o projeto, o pobre alega que precisa prover o sustento da família, o madeireiro alega que “só faz manejo” e não desmata e diz que quem desmata é o agropecuarista, o agropecuarista alega que quem degrada a floresta é o madeireiro e ele produz os alimentos sem os quais o povo da cidade morreria de fome, países pobres alegam que os ricos degradaram e poluíram e agora querem impedir o desenvolvimento dos pobres, enquanto países ricos defendem acordos globais, mas muitos deles não fazem o dever de casa. E assim caminha a humanidade, rumo ao precipício.

Alertas não faltam. Jeffrey Sachs, Diretor do Earth Institute diz que “somos a última geração, a que vai pagar o preço” das mudanças climáticas e que precisamos de intervenções profundas, como aumentar a eficiência energética de indústrias e na construção civil, livrando estes setores das emissões de carbono.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) a temperatura média na superfície da Terra e dos oceanos já aumentou 0,85°C entre 1880 e 2012, algo sem precedentes. De acordo com os cientistas do IPCC, é preciso abandonar os combustíveis fósseis poluentes, utilizar fontes mais limpas para evitar o efeito estufa e limitar o aumento em até



A OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PODE SER CATASTRÓFICA PARA A POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE EM CASOS DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS.

2°C até o fim do século. Se nada for feito o aumento da temperatura do planeta poderá variar entre 3,7°C e 4,8°C antes de 2100, um nível catastrófico.

Cientistas alertam que está em curso a sexta extinção em massa na história do planeta Terra. Desde o início dos anos 80 pesquisas alertam que a extinção das espécies biológicas hoje é mil vezes maior que seu ritmo natural. Projeções indicam que em 2100, entre um terço e metade de todas as espécies da Terra poderá estar extinto.

De acordo com a Agência Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA), o ano de 2014 foi o mais quente do planeta desde o início dos registros em 1880. Esses dados são confirmados pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), uma das agências da ONU, que citou a seca em São Paulo como exemplo dos problemas que as cidades podem sofrer diante das mudanças climáticas. As informações apontam que 14 dos 15 anos mais quentes da história foram registrados no século 21, mostrando

que há uma elevação das temperaturas de forma constante, ano a ano.

As consequências se intensificam em muitos lugares do planeta e nem precisamos ir longe para ver a gravidade da situação. A região Sudeste do Brasil tem, desde 2013, a pior seca dos últimos 80 anos, com mais de 130 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais atingidos. São Paulo, a maior cidade do Brasil, vive desde 2013 um dramático problema de abastecimento de água. Mesmo assim, autoridades e políticos omitiram o problema durante a campanha eleitoral e depois passaram a “rezar” para que chovesse logo; a chuva não veio. Agora falam em obras faraônicas orçadas em milhões e nenhuma para atacar a raiz do problema, que é o desmatamento, a utilização irracional e a falta de cuidado com os recursos naturais, notadamente os hídricos.

Estudos da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que a

bacia do Sistema Cantareira perdeu mais de 70% de mata em duas décadas, e isso afetou diretamente as nascentes e pequenos cursos d'água que abastecem os principais rios. Outro estudo, intitulado "O futuro climático da Amazônia", aponta que o desmatamento enfraquece a chuva na região amazônica e diminui os fluxos de vapor que saem da Amazônia. O desmatamento (corte raso) já atingiu 20% da floresta amazônica (762.979 km², área equivalente a duas Alemanhas), e outros 20% foram severamente alterados.

Os problemas provocados pela perda de florestas, diminuição e escassez de água e perda da biodiversidade estão interligados e são causados pela ação ou omissão humana, tornando-se ainda mais graves e dramáticos à medida que as mudanças climáticas em curso aumentam a temperatura do planeta. A solução desses problemas ambientais não virá com discursos, nem com obras tecnológicas e nem com dança da chuva ou rezas. Há alguns caminhos consistentes para reverter esses problemas no médio e longo prazo: parar imediatamente de degradar e destruir; utilizar produtos e tecnologias ambientalmente sustentáveis; mudar os rumos da matriz energética substituindo os combustíveis fósseis por energias renováveis e limpas; iniciar imediatamente um vigoroso processo de recuperação de áreas degradadas.

As soluções não são simples, nem sempre darão resultados no curtíssimo prazo, e demandam iniciativa e vontade política de todos os atores da sociedade, sejam autoridades públicas, empresários, pesquisadores, agropecuaristas e da população em geral.

RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL

A lei e o bom senso indicam que a recuperação deve ser imediata, começando pelas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da Reserva Legal (RL) dos imóveis rurais.

50 | No caso do bioma Mata Atlântica, o simples cumprimento da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (que substituiu o Código Florestal) e da Lei da Mata Atlântica, juntamente com a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação irá permitir a ampliação da cobertura florestal, a proteção e recuperação dos mananciais hídricos

e uma oportunidade para a preservação e recuperação da biodiversidade. Manter e restaurar as APPs e a RL é a forma ideal para a formação de corredores ecológicos, essenciais para a manutenção do fluxo gênico das espécies animais e vegetais, fator fundamental para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Os corredores podem conectar unidades de conservação, reservas particulares, reservas legais ou quaisquer outras áreas de vegetação nativa. Um meio fácil de criar corredores é através da manutenção ou da recuperação das APPs, especialmente as matas ciliares, que ultrapassam as fronteiras dos imóveis rurais, dos municípios, estados e até dos países. As matas ciliares formam uma faixa de proteção ao longo dos rios e são fundamentais para a reconexão dos milhares de fragmentos de Mata Atlântica e também representam uma forma direta de integração entre ambientes terrestres e aquáticos, contribuindo para a proteção e conservação da água e das espécies que vivem em rios e lagos.

As APPs, em especial as encostas e margens de rios, também cumprem um papel específico na garantia da segurança da população, evitando e minimizando as consequências de deslizamentos, enxurradas e enchentes. Por este motivo é cada dia mais urgente e necessária a implantação de ações efetivas por parte do poder público no cumprimento da legislação existente, seja impedindo que pessoas ocupem essas áreas, seja realocando a população que se encontra em áreas de risco, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. A recuperação de APP e RL deve ser feita por pequenos, médios e grandes possuidores de terra e existem vários métodos que podem ser utilizados. A forma mais simples é interromper o uso agrícola ou pecuário da área e permitir ou conduzir a regeneração natural das espécies nativas. Se for uma área de pastagem, é necessário cercá-la para que o gado não pisoteie ou prejudique sua regeneração. Dessa maneira, protege-se a vegetação originada pela regeneração natural.

Essas áreas, além dos serviços ambientais que mantêm, garantem uma cobertura de vegetação nativa mínima naquelas ecorregiões sub-representadas no sistema nacional de unidades de conservação. Na Mata Atlântica ainda estamos longe de atingir a meta de 17% de áreas efetivamente protegidas em unidades de conservação, preconizada pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da

PROJEÇÕES INDICAM QUE EM 2100, ENTRE UM TERÇO E METADE DE TODAS AS ESPÉCIES DA TERRA PODERÁ ESTAR EXTINTO.



qual o Brasil é signatário. A criação de novas unidades de conservação públicas é fundamental para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, bem como para o efetivo cumprimento das metas da CDB.

No contexto atual, é imperativo que mecanismos de estímulo, orientação e apoio à recuperação de florestas em reserva legal e APP sejam incorporados às políticas públicas e implementados. A experiência pregressa tem demonstrado a urgência dessa medida, pois, como assinala Dean (1998) na obra *A ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira* “o maior custo da destruição perdulária de floresta do século anterior acabou sendo a impossibilidade econômica de substituí-la”. Wilson (2002), em seu livro *O Futuro da Vida: Um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana*, afirma que a ética de conservação de cada país pode ser medida pela lucidez e eficácia de sua legislação para proteger a diversidade biológica. Na Mata Atlântica, a sociedade já dispõe de uma base legal bastante razoá-

vel. Carece, contudo, de maior intervenção política para a implementação dos instrumentos que garantam sua observância e, por consequência, sua desejada eficácia.

Os municípios têm grande responsabilidade na conservação e recuperação do meio ambiente e um dos mecanismos para isso são os Planos Municipais da Mata Atlântica, previstos na Lei 11.428/2006, que devem apontar as ações e áreas prioritárias em cada município para a criação de unidades de conservação, locais para a restauração e implantação de áreas verdes nos centros urbanos, áreas de recarga hídrica, entre outras ações. Parcerias entre o setor público, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e setor privado são um caminho para a implementação de ações de conservação da biodiversidade e restauração florestal.

Mais uma vez somos assolados por uma grave crise ambiental, sua superação demanda vontade política e ação; todos já sabemos o que precisa ser feito.

Edegold Schaffer





PLANTAR ÁRVORES É O MESMO QUE FAZER UMA POUPANÇA E SEU RETORNO É GARANTIDO.

RECUPERAR RESERVA LEGAL PODE RESOLVER PROBLEMAS DA SILVICULTURA E DA AGROPECUÁRIA

Plantar árvores sempre foi um ótimo negócio e atualmente é melhor ainda, tanto para o meio ambiente quanto para a economia. É ótimo para o meio ambiente, pois ajuda no combate ao aquecimento global, na regulação do clima, na proteção dos recursos hídricos, na conservação da biodiversidade, no fornecimento de polinizadores para a agricultura e fruticultura, entre outros benefícios. Plantar árvores também é um ótimo negócio para a economia, pois quem planta, além de ter onde descansar à sombra, um dia poderá colher e vender. Uma área arborizada sofre muito menos com os efeitos de secas e excessos de chuvas do que quaisquer outras com atividades agropecuárias.

Árvores, principalmente os produtos de sua madeira, também não estão sujeitas à sazonalidade dos preços, pois não perdem valor ao ficarem mais velhas. Se o preço da madeira não estiver bom num determinado ano, o plantador pode aguardar para cortar sem risco de perdas econômicas, pois o volume ainda aumentará enquanto espera melhores condições de mercado. Enfim, plantar

árvores é o mesmo que fazer uma poupança e seu retorno é garantido. Quem plantou já está ganhando e quem plantar, um dia também vai ganhar; não há como perder.

Então, como se explica que parte do setor ruralista seja contrário à manutenção das florestas nativas e, mais ainda, ao plantio de árvores? Hoje os dois setores da economia estão com problemas. O setor da silvicultura ou madeireiro está com falta de matéria-prima florestal e falta de terras para plantar florestas. Parte significativa do setor agropecuarista está com passivo ambiental e tem obrigação legal e terra suficiente para plantar florestas, muitas vezes terra subutilizada e com nenhuma ou baixa aptidão para a produção pecuária ou agrícola.

Trabalho em parceria e colaboração mútua poderão resolver tanto o problema de falta de matéria-prima do setor da silvicultura ou madeireiro quanto o passivo ambiental do setor agropecuarista. Para isso, é necessário diálogo para a busca da solução mais adequada para cada região. O certo é que todos sairiam ganhando, não apenas a indústria da madeira, agricultores ou pecuaristas, mas também a população das cidades, que teria garantidos os serviços ambientais vitais.

UM ÍNDICE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA

Luiz Fernando do Amaral

Especialista em agricultura e desenvolvimento,
chefe do departamento socioambiental do Rabobank

INTRODUÇÃO

O surgimento da nova governança socioambiental na agropecuária gerou inovações importantes e inegáveis resultados nos últimos anos no Brasil. Agentes das cadeias de produção e distribuição desenvolveram diversas iniciativas, todas com os mesmos fins – o desenvolvimento sustentável da agricultura – mas utilizando-se de ferramentas e objetivos específicos e distintos. Há compromissos e práticas corporativas de diligência, iniciativas multi-setoriais, processos de certificação, projetos

locais, etc. Entretanto, apesar do incontestável progresso, cada iniciativa utiliza uma estratégia própria e atua sem coordenação.

Dessa forma, algum mecanismo que pudesse auxiliar – ainda que indiretamente – a coordenação de estratégias poderia gerar importantes ganhos de eficiência. Porém, como criar tal mecanismo sem comprometer estratégias específicas e as particularidades de cada iniciativa? Com certeza, não se deseja algo que possa competir ou substituir as ações atualmente em curso, mas sim auxiliá-las.

Miriam Prochnow



UM ÍNDICE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA

Uma possibilidade seria a criação de um índice para o desenvolvimento sustentável da agricultura no nível municipal. Em outras palavras, um mapa que identificasse a performance socioambiental de diferentes municípios com base em alguns indicadores chave. Já há experiências que demonstram o poder de uma ação como essa. O programa “Municípios Verdes”, no Pará, é um caso de sucesso e uma inspiração.

Por exemplo, o índice poderia congrega indicadores sobre desmatamento, regularização fundiária, ganhos de produtividade, cumprimento legal e stress hídrico. Assim, diferentes atores teriam uma fonte comum para informações. Cada um poderia utilizá-lo de acordo com seus interesses, escolhendo o índice completo ou os indicadores que mais lhe são aplicáveis. Por isso, é importante que ele fosse desenvolvido em conjunto, contando com a participação de diversos atores.

Tal ferramenta poderia servir como um instrumento interessante de gestão: uma “régua” que outras iniciativas utilizariam na busca por eficiências e ganhos de escala. Porém, é importante apontar que ela não deveria servir para nada mais do que isso. Tal índice não é a “bala de prata” para a sustentabilidade na agricultura brasileira, apenas um auxílio na gestão. Por isso, além de oportunidades, possui limitações.

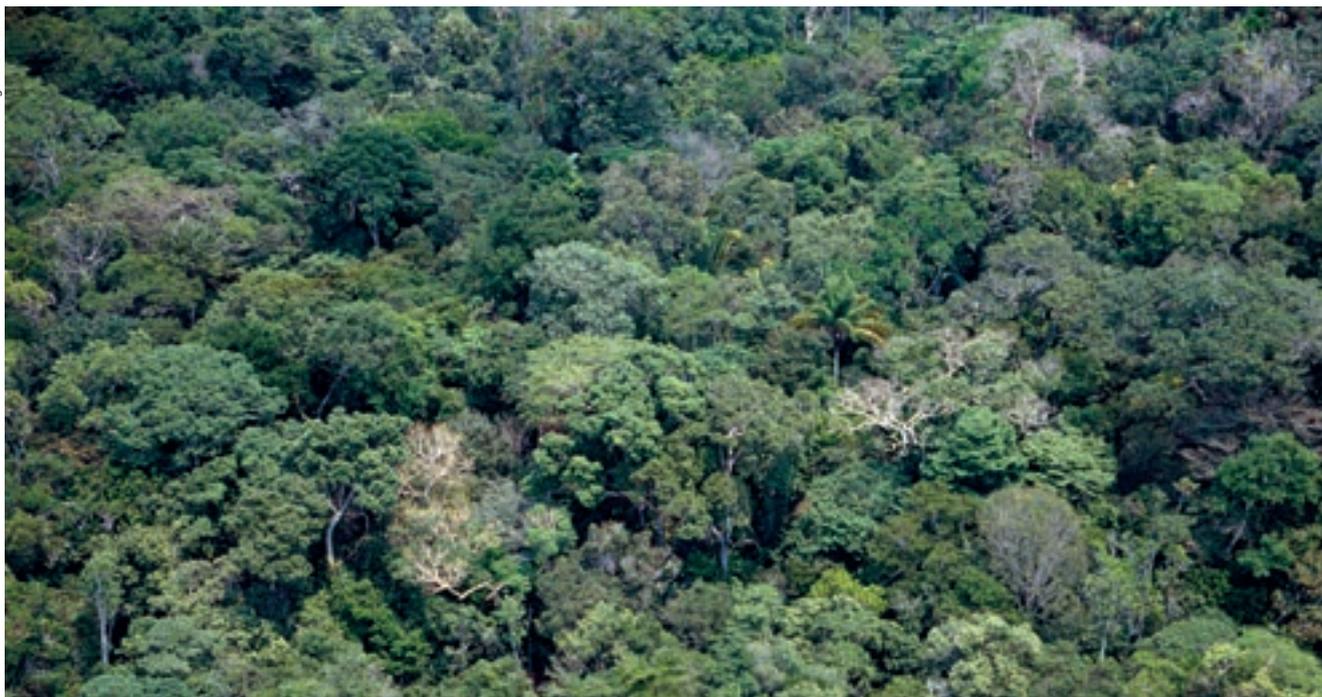
AS OPORTUNIDADES

Como mencionado, atores públicos e privados têm desenvolvido iniciativas socioambientais dos mais diversos tipos e formas. No quadro a seguir são descritos alguns exemplos de como o índice poderia ser utilizado por esses atores, sempre focando em ganhos de eficiência:

- Um frigorífico está realizando o georreferenciamento das propriedades de seus fornecedores. O índice poderia auxiliar na definição das áreas prioritárias para iniciar o processo.
- Um banco visita produtores rurais para a checagem

socioambiental. Poderia utilizar o índice, visitando mais vezes clientes em regiões de maior risco e trazer benefícios para clientes em regiões de menor risco, facilitando a burocracia.

- Uma empresa deseja estabelecer um projeto para apoio à comunidade. O índice pode servir para definição da área de atuação, otimizando seus resultados.
- Uma certificação está discutindo os custos de auditoria. Poderia utilizar o índice para definir protocolos diferenciados de auditoria dependendo da região, reduzindo a dificuldade para produtores em regiões de melhor performance e, assim, reduzindo os custos da certificação.
- Uma secretaria estadual de agricultura ou de meio ambiente poderia utilizar o índice para gerir o repasse de recursos, promovendo municípios que melhoraram seus indicadores.
- Um investidor pode utilizar o índice para ganhar confiança sobre o nível de risco socioambiental da região que pretende investir, focado em algum tema (ex: risco hídrico para a instalação de uma fábrica).
- Uma empresa membro de um pacto poderia estabelecer suas metas em função do índice ou de um de seus indicadores (ex: objetivo em melhorar em 20% a performance de um indicador de uma região em que atua).
- Uma ONG poderia utilizar o índice (ou um de seus indicadores) para estabelecer as áreas centrais de atuação.
- Lideranças locais e/ou uma cooperativa agrícola em uma região poderiam usar o índice como uma ferramenta de posicionamento de mercado para seus produtos, atraindo compradores avessos a riscos.
- Entidades financeiras que deverão, por lei, requerer o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para concessão de crédito rural poderiam, por exemplo, utilizar um indicador sobre o percentual de propriedades que aderiram ao CAR nos seus processos internos.



UM ÍNDICE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA PODE SERVIR TAMBÉM COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO.

Dessa forma, espera-se que tal índice poderia servir para gerar sinergias entre iniciativas, sem competir ou afetar suas estratégias e modus operandi.

Mais importante, ele serviria como um “benchmark” para atores e lideranças locais. Hoje, produtores, prefeitos, cooperativas regionais estão sob constante pressão. Com uma indicação clara de quais são os índices que seriam utilizados por diversos agentes da cadeia, haveria incentivos para que atores locais trabalhassem juntos na busca desse objetivos. Conseguir um bom índice de desempenho para um município significaria menos escrutínio e mais benefícios para atores locais. Seria uma ferramenta de gestão também para comunidades regionais. Talvez esse seja o maior ganho dessa iniciativa.

56 | Uma vez mais, o exemplo dos “Municípios Verdes” do Pará se aplica. Paragominas-PA, por exemplo, esteve durante muitos anos no centro do noticiário negativo em função de altas taxas de desmatamento e outros problemas socioambientais. As comunidades locais se organizaram para modificar esse quadro. Hoje, é tido

como um exemplo de gestão local. Exemplos como esse não faltam. Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, passou pela mesma via sacra. Antes um foco de atenção negativa, é hoje um exemplo bem sucedido de gestão socioambiental local.

O índice proposto nesse artigo poderia auxiliar nesse processo, fazendo com que outros municípios percorram rapidamente o caminho inaugurado por líderes locais de regiões como Lucas e Paragominas.

PRESSUPOSTOS E LIMITAÇÕES

Porém, para que tal iniciativa funcione, há alguns pressupostos significativos. Tão importante quanto apontar seus potenciais, é necessário apontar suas limitações. O alinhamento de expectativas é essencial.

Primeiro, tal índice visa exclusivamente ser uma ferramenta de gestão. Ele não deve ser utilizado como garantia de sustentabilidade nem de falta dela.

Por isso há apenas um compromisso intrínseco que não pode jamais ser abandonado caso o índice seja criado e utilizado. Stakeholders dessa ferramenta não poderiam, jamais, utilizar tal índice para excluir completamente uma região de pior performance de sua cadeia de suprimentos. O índice deve servir para o oposto: focar ações em áreas de pior performance relativa, buscando melhorar a região e ao mesmo tempo, promovendo benefícios para regiões de melhor desempenho. É obvio que não há qualquer tipo de controle formal para evitar que algum ator tome essa decisão, a não ser a pressão institucional de outros atores. Ainda assim, é absolutamente necessário que toda exposição, comunicação ou menção ao uso do índice clarifique que ele deve servir como ferramenta de eficiência e jamais como ferramenta para exclusão. Caso empresas, governos, ONGs, ou qualquer outro ator, exclua produtores ou produtos das regiões de menor performance estará fazendo um enorme desserviço aos objetivos comuns do desenvolvimento sustentável. O índice deve servir justamente para o contrário: para que esses atores foquem suas ações e cooperem no desenvolvimento daquela região de pior performance.

Um segundo pressuposto central sobre o índice: ele deve focar na performance relativa, refletindo uma distribuição normal de desempenho dentro de um mesmo país. Em outras palavras: sempre haverá um mesmo percentual de municípios classificados com melhores e piores performances a cada ano. Esse ponto é extremamente importante por alguns motivos. Primeiro, em função do apontado acima: a não exclusão e o reconhecimento que a sustentabilidade é um caminho e não um fim. Segundo, a adoção da performance relativa é a garantia de igualdade competitiva no nível global (ou “level playing field” no jargão da área), evitando que um país pudesse definir todo seu território como “sustentável”. Uma iniciativa que classificasse todo um país como alta performance não promove gestão, não se enquadra no princípio da melhoria contínua e seria péssimo para a organização dos mercados internacionais. Esse é mais um ponto que necessita forte comunicação.

Terceiro, é claro que há um problema de “free rider” no processo. Sem dúvida haverá indivíduos com péssimas performances socioambientais dentro de regiões de alta desempenho. Do mesmo modo, empreendedores de alta performance em regiões de baixo desempenho seriam

prejudicados. O reconhecimento dessa limitação é essencial para o sucesso de uma iniciativa como essa. Ela torna ainda mais importante os pontos indicados acima de que o índice não pode servir para excluir por completo uma região nem para defini-la como “sustentável”.

Por fim, há alguns outros pressupostos técnicos para permitir que a elaboração de um índice como esse seja viável e útil. Os pontos abaixo sumarizam alguns deles:

- Deve ser baseado exclusivamente em pesquisa secundária, ou seja, utilizar dados que já estejam disponíveis para toda a jurisdição nacional. Qualquer tipo de levantamento de campo tornaria a iniciativa inviável.
- Deve possuir um número reduzido de indicadores. Um índice extremamente complexo, que não seja claramente entendido por todos os atores envolvidos não é uma boa ferramenta de gestão. Como estabelecer prioridades quando há tantas variáveis? Como já dizia a máxima da gestão: quem possui muitas metas, em realidade, não possui nenhuma. Assim, é preciso assumir que o índice não poderá tratar de todos os desafios e oportunidades da sustentabilidade no campo.
- Deve incluir indicadores para os três pilares da sustentabilidade e focado nos desafios e oportunidades da agricultura. Desenvolvimento social e desempenho agrícola são tão importantes quanto as questões ambientais.

RESULTADOS ESPERADOS

Como mencionado diversas vezes, o objetivo central do índice é uma ferramenta adicional para gestão. Ele não pretende substituir outras iniciativas mas sim complementá-las, auxiliando a utilizar seus recursos de maneira mais eficiente. Com o passar do tempo – devido a priorização natural das áreas de menor performance e organização de atores locais – espera-se que o real impacto dessas ações indiretamente coordenadas resultará na melhoria do desempenho regional. Por fim, o interessante é que o próprio índice já serviria como indicador para acompanhar essa evolução.

AGRICULTURA FAMILIAR

Luís Fernando Guedes Pinto

Engenheiro agrônomo, doutor em agronomia, gerente do Imaflora, Empreendedor Social da Ashoka e membro da Rede Folha de Empreendedores Sociais.

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A agropecuária brasileira é marcada por uma grande diversidade e heterogeneidade de produtores, produtos e sistemas de produção; variando em tamanho de propriedade, escala de produção, intensidade de uso da terra, produtividade, grau de conservação ou degradação dos recursos naturais e geração de renda e emprego. Enfim, esta diversidade abriga grupos que ocupam e desempenham diferentes papéis econômicos, ambientais e sociais na geografia do nosso país.

O mesmo ocorre com a agricultura familiar, muito heterogênea quanto ao perfil de produtores e grupos sociais que abrange, mas definida por uma Lei Federal (11.326/2006). Esta caracteriza agricultores familiares aqueles que possuam imóveis rurais de até quatro módulos fiscais; utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenham um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu empreendimento e o dirijam com sua família.

Mesmo bem definida, a lei abriga perfis bastante amplos de agricultores; variando entre produtores rurais, silvicultores de florestas nativas ou exóticas, pescadores, extrativistas, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Enfim, grupos sociais com uma definição comum, mas que participam da economia e da sociedade brasileira de maneiras diferentes.

58 | O Censo Agropecuário de 2006 revela a participação deste setor na agropecuária nacional, assim como alguns dos seus desafios e peculiaridades: foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Estes ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares,

ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros; com uma área média de 18,37 hectares por estabelecimento. A produção respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e a sua produção tem papel importante para o fornecimento de alimentos, principalmente para o mercado interno. A agricultura familiar respondia em 2006 por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo.

Outros diferenciais relevantes são: i) a maior participação da mulher, onde 13,7% dos estabelecimentos eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7,0%; e ii) a lacuna educacional, uma vez que quatro milhões de pessoas da agricultura familiar declararam não saber ler e escrever.

EVOLUÇÃO E DILEMAS

Tem sido intenso o debate a respeito da importância e da viabilidade da agricultura familiar frente à agricultura empresarial ou seu papel para a produção de alimentos, biocombustíveis e demais produtos. Estudos recentes tem iluminado este debate com resultados interessantes que concluem que embora exista uma tendência de aumento do tamanho médio das propriedades rurais ao longo do tempo e concentração da produção e da riqueza gerada no campo em grandes propriedades da agricultura empresarial, não se pode concluir que os médios e pequenos produtores devam desaparecer ou perder sua relevância no mundo rural e na produção agropecuária.

Assim, embora tenha diminuído a população rural no campo, a parcela de estabelecimentos por tamanho tem



A AGRICULTURA FAMILIAR RESPONDE, EM 2006, POR 38% DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL.

permanecido estável desde a década de 1970. Ou seja, não há uma diminuição da participação relativa dos estabelecimentos da agricultura familiar na distribuição agrária brasileira. Além disso, o êxodo rural não tem atualmente a mesma intensidade que teve no passado e não há uma correspondência direta entre a diminuição da população no campo e a adoção de um sistema de produção moderno e intensivo.

Por outro lado, a importância do valor da produção da agricultura familiar tem diminuído substancialmente nas últimas décadas, com uma grande concentração da produção e do seu valor em um grupo de grandes produtores. Em 2006, 9,5% dos estabelecimentos (acima de 1.000 ha) geraram 86% da produção do setor agropecuário. Portanto, tem diminuído em grande medida tanto a participação na economia como a “competitividade” da agricultura familiar frente à produção empresarial.

Todavia a análise detalhada da produção nacional indicou que embora exista uma correlação entre tamanho de propriedade e geração de riqueza; esta não é uma relação óbvia e linear. A pesquisa encontrou tanto grandes quanto pequenas propriedades gerando altos e baixos níveis de riqueza. Isto é, a concentração da terra e da produção em grandes propriedades em detrimento da diminuição das pequenas propriedades não é uma condição necessária para a produção e geração de riqueza. Pelo contrário, há outros fatores tão importantes como o tamanho da propriedade que determinam a geração de riqueza; como a educação do empreendedor, a gestão da propriedade e do negócio, a tecnologia e o acesso a políticas de apoio e incentivo à produção.

Assim, de maneira geral e bastante simplificada, os agricultores familiares encontram-se em duas situações bastante opostas:

- a) Os pouco produtivos e de baixa competitividade. Possuem baixa escolaridade, produzem para a subsistência e nada ou pouco participam de cadeias produtivas; sendo infelizmente o grupo majoritário de agricultores familiares. São os produtores que carecem do essencial para a produção e inserção em mercados e os quais a renda oriunda da produção ainda é insuficiente para uma vida digna da família. Estas famílias dependem em grande grau de programas governamentais de assistência social (aposentadoria) e de renda mínima, sendo seu principal desafio a superação da pobreza.
- b) Os produtivos e competitivos. Estes são a minoria, possuindo um maior grau de educação, realizam a gestão da produção e do negócio e participam de mercados em arranjos diversos, como:
- i. Mercados locais, com produtos frescos ou algum grau de processamento e comercialização direta para consumidores finais.
 - ii. Mercados regionais, fornecendo produtos frescos ou processados para o varejo, tendo geralmente uma cadeia produtiva mais longa, com a presença de um atravessador.
 - iii. Mercados institucionais, operados a partir de políticas públicas, como os Programas de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- iv. Mercados de commodities, com preços determinados por bolsas de valores e mercados internacionais, independente se a produção for utilizada no mercado interno ou externo. Como citado anteriormente, a agricultura familiar tem um papel muito relevante na produção de commodities como café, cacau e milho. São cadeias de produção longas e complexas, onde em geral o agricultor vende sua produção ao seu primeiro elo (trader, armazém ou processador primário) e não tem controle sobre as etapas seguintes, a agregação de valor e a chegada ao consumidor final.
- v. Integrados em cadeias produtivas da agroindústria, como produtores de suínos, aves e leite; com forte ligação técnica e econômica com indústrias processadoras.

Para alguns destes arranjos, a diferenciação do produtor e seu produto tem sido um mecanismo para agregação de valor, principalmente por meio de certificações de diferentes modalidades, como as orgânicas, de comércio justo, socioambientais, etc. Estas são reguladas por lei (certificação orgânica) ou iniciativas independentes e operadas por auditorias coletivas e participativas ou de terceira parte. De todo modo, para todas há a tendência ou necessidade do trabalho coletivo e a certificação em grupo para a viabilidade dos investimentos e custos para a conquista e a manutenção da certificação.

Além da dimensão econômica, é fundamental destacar a importância social e ambiental dos agricultores familiares em sua grande heterogeneidade. Em primeiro lugar deve-se considerar que devido à sua escala, natureza e condicionantes; possui um potencial para conduzir sistemas de produção diversos e complexos, que podem contribuir para a conservação da água, do solo e da biodiversidade. A maior facilidade para adotar práticas ecológicas e sistemas agroflorestais (somente como exemplo) permite compatibilizar a produção com a conservação e o fornecimento de serviços ambientais.

A produção extrativista de comunidades tradicionais, pescadores, indígenas, quilombolas; mesmo que em baixa intensidade e limitações de geração de renda; contribui para a proteção de um patrimônio sócio-cultural e ambiental

APESAR DE MAJORITARIAMENTE ENFRENTAR GRANDES DIFICULDADES PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, O BRASIL TEM UMA DENSIDADE DE CASOS DE SUCESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR OPERANDO EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS E MUITOS ARRANJOS E CADEIAS PRODUTIVAS.

em áreas de grande importância para a conservação da natureza; como Terras indígenas e Unidades de Conservação. Estes territórios e populações estão concentrados na Amazônia, mas existem em todas as regiões e biomas brasileiros e geram serviços ambientais de importância global, como a regulação do clima e do regime hídrico.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar abrange um amplo espectro de produtores, meios de vida e sistemas de produção. Apesar de majoritariamente enfrentar grandes dificuldades para a sua sobrevivência, o Brasil tem uma densidade de casos de sucesso da agricultura familiar operando em todas as regiões do país e muitos arranjos e cadeias produtivas. Fornecendo alimentos orgânicos para crianças em escolas no Sul, produzindo cacau fino no Pará, fazendo comércio de produtos extrativistas da Terra do meio do Pará com empresas nacionais e multinacionais sob relações comerciais éticas, exportando café de Minas Gerais com certificados socioambientais internacionais, fornecendo madeira para a produção papel e celulose no Paraná e mais uma infinidade de exemplos.

Embora com profundas distinções e especificidades, todas tem alguns elementos em comum:

- Um grau de organização ou união coletiva realizada por meio de cooperativas e associações, que permitem ganhos de escala de diversas naturezas e são fundamentais para a competitividade.
- Capacidade para uma gestão da produção e do negócio, que depende da educação e profissionalização dos empreendedores.
- Recebem assessoria externa para aumentar a sua capacidade de gestão, produção, beneficiamento ou comercialização; seja de órgãos públicos, ONGs ou empresas a jusante das cadeias produtivas que participam.
- Comercializam produtos que atendem às exigências de quantidade, frequência e qualidade de seus compradores; tanto de compras públicas como empresariais ou direta de consumidores finais.



O COMÉRCIO DE PRODUTOS EXTRATIVISTAS É UM DOS EXEMPLOS DE SUCESSO DA INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A FLORESTA.

Logo, fica claro que o sucesso da agricultura familiar é mais dependente do ambiente institucional em que está inserida do que propriamente do tamanho ou escala de produção ou da região onde está presente. A efetividade das políticas públicas e privadas são determinantes para a possibilidade desta atividade gerar riqueza aliada ao bem estar das populações e conservação dos recursos naturais.

Um dos principais desafios para o Brasil foi e continua sendo proporcionar as condições institucionais mínimas que permitam a prosperidade da agricultura familiar em escala abrangente para este mosaico de grupos sociais. O desafio mais contemporâneo, tanto para a agricultura familiar como para qualquer outra atividade econômica, é desenvolver e implementar mecanismos que reconheçam e remunerem os serviços ambientais e de proteção do patrimônio cultural que estas populações proporcionam para a sociedade em escala local, regional e global.

PLANEJAMENTO DE PAISAGEM – O CASO DA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA (PR)

Ivone Satsuki Namikawa

Engenheira florestal, responsável da área de sustentabilidade florestal na Klabin

O uso da terra e de diferentes paisagens deve considerar não somente os tradicionais benefícios econômicos, mas também incluir novas formas de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivas. Para tanto, é imprescindível a adequação dos interesses de diferentes formas de uso da terra em uma paisagem.

Compreender o histórico de uma região a partir do conceito de ecologia de paisagem é fundamental para planejar ações que maximizem benefícios, sejam eles – sociais, econômicos e ambientais. Desta forma, é importante considerar que a fragmentação de espaços pode isolar significativamente ecossistemas resultando em alterações estruturais e funcionais nos quesitos biológicos e quanto as questões econômicas há diversas outras repercussões que envolvem inclusive a organização social do território.

Nesta concepção devem ser considerados os diferentes usos da terra como estruturas de agricultura, pastos, áreas abandonadas ou degradadas assim como as próprias áreas urbanizadas. Quanto mais fragmentada é uma região, maior a dificuldade de trânsito entre as áreas conservadas e portanto, menores são os indicadores de qualidade ambiental. A fragmentação interfere diretamente em diferentes aspectos, dentre eles, o número de espécies na região, a variabilidade genética de espécies, etc.

Neste aspecto, outro elemento a ser considerado é a conectividade, ou seja, a facilidade das áreas conservadas serem conectadas umas as outras. Esta “conexão” pode ser facilitada pela existência de corredores, mesmo de florestas secundárias ou ainda de florestas plantadas. É muito importante a ampliação das interconexões entre áreas de conservação, especialmente daquelas mais próximas entre si. Este fator possibilita que pequenos fragmentos florestais e corredores se interliguem e constituam importantes elementos das

paisagens. Estas, muitas vezes, estão relacionados à riqueza das espécies e à influência que elas exercem no grau de fragmentação, conectividade, migração e dispersão de espécies. Corredores de paisagens são estruturas lineares de vegetação que podem ser utilizados pelas espécies como habitat ou como conectores entre duas manchas florestais possibilitando o uso múltiplo de fragmentos pelas espécies.

Quando estes conectores estão presentes, o tempo gasto pelas espécies para colonizar ou recolonizar habitats de fragmentos onde se tornariam extintas pode ser minimizado resultando num incremento da abundância, da riqueza e diversidade de espécies em pequenos fragmentos florestais. Além disso, em florestas plantadas há também o ganho quanto a sanidade de florestas, isso decorre do aumento da biodiversidade de organismos predadores de pragas e doenças.

Outros serviços ecossistêmicos importantes são agregados com a manutenção e a ampliação desses corredores, além da natural manutenção da biodiversidade, como água, sequestro de carbono e regulação do clima, controle de erosão, polinização, entre outros.

A Klabin em suas áreas próprias já utiliza este conceito desde a década de 1960, pois a paisagem da Fazenda Monte Alegre em Telêmaco Borba, foi concebida pela integração entre florestas plantadas entremeadas por áreas de matas nativas preservadas, em modelo de mosaico. É importante ressaltar que a empresa mantém nas suas demais áreas florestais nos estados de São Paulo e Santa Catarina, a mesma metodologia. As áreas de florestas da Klabin nos estados do PR, SP e SC, somavam em dezembro de 2014, cerca de 491.000 hectares, sendo 211.248 hectares de áreas para preservação e 238.633 hectares de áreas reflorestadas com pinus e eucalipto.



O PLANEJAMENTO INTEGRADO DA PAISAGEM É UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Procurando ampliar este conceito regionalmente, a Klabin iniciou uma parceria com uma organização não-governamental – Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida) – para envolver os proprietários rurais do programa de Fomento Florestal, denominado Programa Matas Legais, iniciativa inédita que busca planejar a propriedade utilizando a educação ambiental como ferramenta de conscientização. É importante ressaltar, que a palavra “legal” procura traduzir dois sentidos: o de cumprimento da legislação e o de expressão de um lugar agradável, bonito e bom de se viver.

O trabalho se desenvolve em etapas, sendo que inicialmente é avaliada a propriedade rural, através de uma visita, onde são analisados aspectos referentes ao cumprimento legal da propriedade e de planejamento de atividades visando a diversificação em busca da otimização de recursos. Após este primeiro momento, o proprietário é então informado sobre ações de melhoria. Quando há

necessidade de adequação legal, o projeto realiza a doação das mudas de espécies nativas e o proprietário fica então responsável pelo plantio e manutenção. Os técnicos do programa, passam a acompanhar periodicamente a evolução das ações propostas. É importante salientar que durante todo o processo, há a conscientização do proprietário quanto aos aspectos ambientais relacionados, e é exatamente com este intuito que há palestras e fóruns de discussão que possibilitam a capacitação de proprietários rurais e técnicos.

Por meio do programa, cuja parceria foi assinada ainda em 2005, estão sendo difundidas e implantadas ações de desenvolvimento sustentável como a recuperação de áreas de preservação permanente e reservas legais; silvicultura com árvores nativas e exóticas; sistemas agroflorestais; enriquecimento ecológico de florestas secundárias; agricultura orgânica; ecoturismo e conservação do patrimônio natural.



A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E A ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL SÃO IMPORTANTES FATORES DA SUSTENTABILIDADE.

Quando avaliamos regionalmente a atuação do Programa, o planejamento de paisagens é fundamental e isso é realizado através de ferramentas de SIG (sistemas de informação geográfica), visto que são incluídos fomentados parceiros da empresa com o intuito de formar corredores ecológicos, integrando diversas propriedades oportunizando benefícios regionais quanto a biodiversidade, questões hídricas, etc.

Os fóruns de discussão, com proprietários rurais da região servem também para difundir as alterações de legislação e formas para o seu cumprimento. Um exemplo recente é a necessidade de elaboração do CAR (Cadastro Ambiental Rural), que é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APPs, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas

consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Outro aspecto importante a ser considerado pelas propriedades rurais é a diversificação de suas atividades, em função da necessidade de otimização da sua renda. Diversas são as opções disponíveis, como apicultura, piscicultura, atividades agrícolas diversas, além da integração lavoura – pecuária – floresta, que desponta como uma grande alternativa de uso eficiente do território, visto que há a recuperação do solo e neutralização do efeito estufa, com grandes benefícios aliados. Este método é denominado de agrosilvipastoril.

E uma das formas tecnicamente adequadas para estimular os pequenos produtores a plantar florestas é com o melhor aproveitamento da sua área. Nesse momento o sistema agrosilvipastoril possui diversas vantagens, como controle de pragas e doenças, recuperação de áreas degradadas, diversificação dos sistemas de produção, eficiência no uso dos recursos, aumento da renda do produtor e conservação de recursos naturais (solo e água). Além disso, há o reforço social de uma atividade tradicional na região, a pecuária. Aliar estas duas atividades, com um sistema de consórcio, só traz benefícios. O gado tem maior produtividade, já que a sombra das árvores faz com que o mesmo pastoreie mais, ou seja, ele busca alimento quando se sente confortável e seguro, proporcionando maior ganho de peso. Há também vantagem ambiental neste sistema, já que o gado passa a ficar em uma área restrita e planejada, longe de áreas preservadas ou ainda aquelas denominadas de reservas legais. Neste aspecto há conservação do solo evitando erosões, ou ainda diminuição da sua compactação.

Em uma região com vocação florestal, como a de Telêmaco Borba, a diversificação de culturas e de produtos é fundamental para garantir a sustentabilidade econômica do produtor. Neste caso, ele pode se planejar para diferentes produtos, como encaminhar a madeira de desbastes seletivos para lenha e processo – no caso da indústria de celulose, como também destinar para tora, no caso do segmento de madeira serrada – com apoio ao distrito industrial.

De forma paralela, o estímulo à certificação de manejo florestal é um importante fator, para agregar valor as florestas plantadas. Neste caso, todos tem a ganhar, o produtor em função do valor adicional ao seu produto, a indústria de celulose e a de beneficiamento de madeira, com matéria prima disponível e selecionada, o meio ambiente e a comunidade com os requisitos da certificação.

Este é um cenário animador, já que analisando, em 2014, o saldo da balança comercial dos principais produtos florestais foi positivo em relação a 2013.

Estes números devem representar um investimento em silvicultura. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil possui 172 milhões de hectares de pastagens, sendo que 77% da área tem pouca ou muita degradação.



Arquivo Apremavi



Edinho Pedro Schaffler

EXEMPLOS DE INTEGRAÇÃO PECUÁRIA-FLORESTA.

A escolha das espécies que serão componentes do sistema agrosilvipastoril, pode fazer toda a diferença. Já que a espécie perene deve ser escolhida com base nas características de solo e de clima – favorecendo portanto a sua adaptabilidade e produção final, enquanto que as demais devem ser escolhidas com base em análises econômicas.

Deste modo, podemos concluir que uma estratégia de planejamento de paisagem considera alcançar benefícios sociais, econômicos e ambientais, que podem ser percebidos no médio e longo prazo por diferentes atores da sociedade, como produtores rurais, indústria e comércio e governo nas diferentes esferas – municipal, estadual e federal.

DIÁLOGO FLORESTAL

CONSELHO DE COORDENAÇÃO

Alexandre Di Ciero (Suzano Papel e Celulose)

Beto Mesquita (Conservação Internacional)

Dália Pais (Instituto BioAtlântica)

Edilaine Dick (Apremavi)

Giovana Baggio de Bruns (The Nature Conservancy)

Ivone Satsuki Namikawa (Klabin)

João Carlos Augusti (Fibria)

Maria Dalce Ricas (Amda)

Maurem Kayna Lima Alves (CMPC Celulose Riograndese)

Paulo Henrique de Souza Dantas (Cenibra S.A.)

SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL

Miriam Prochnow

COMITÊ EXECUTIVO

Alberico Martins Mendonça (Fórum Florestal Fluminense)

Elizabeth Lino (Fórum Florestal Mineiro)

Julia Correa Boock (Fórum Florestal do Mato Grosso do Sul)

Juliana Griese (Fórum Florestal de São Paulo)

Káthia Vasconcellos Monteiro (Fórum Florestal do Rio Grande do Sul)

Marcos Alexandre Danieli (Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina)

Oscar Artaza (Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia)

Tânia Martins (Fórum Florestal do Piauí)

Thiago Belote (Fórum Florestal do Espírito Santo)

O Diálogo Florestal é uma iniciativa inédita e independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e organizações ambientalistas e movimentos sociais com o objetivo de construir visão e agendas comuns entre esses setores. Visa promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral. Está organizado em um Fórum nacional e nove Fóruns Regionais. O Diálogo Florestal brasileiro existe desde 2005 e foi inspirado no The Forests Dialogue (TFD), iniciativa internacional, que existe desde 1999.

CONTATO:

www.dialogoflorestal.org.br



Belo Mesquita

ÍNDICE DE SIGLAS

- APP** Área de Preservação Permanente
- APL** Arranjos Produtivos Locais
- CAR** Cadastro Ambiental Rural
- CDB** Convenção da Diversidade Biológica
- EMBRAPA** Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
- FAO** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FBDS** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
- GTPS** Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável
- GTS** Grupo de Trabalho da Soja
- IBA** Indústria Brasileira de Árvores
- ILPF** Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- INPE** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPCC** Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- IPEF** Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
- MAPA** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MMA** Ministério do Meio Ambiente
- MDA** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- NOAA** Agência Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos
- OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMM** Organização Meteorológica Mundial
- ONG** Organização não Governamental
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PAC** Programa de Aceleração do Crescimento
- PEAA** Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura
- PNAE** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Programa ABC** Programa Agricultura de Baixo Carbono
- PROMAB** Programa cooperativo sobre Monitoramento e Modelagem de Bacias Hidrográficas
- PSA** Pagamento por Serviços Ambientais
- RAS** Certificação da Aliança das Florestas Tropicais
- RL** Reserva Legal
- RTRS** Mesa Redonda da Soja
- SINIMA** Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente
- SIG** Sistema de Informações Geográficas
- SNUC** Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- SRB** Sociedade Rural Brasileira
- UnB** Universidade de Brasília
- UNFCCC** Convenção Internacional do Clima
- USP** Universidade de São Paulo





WWW.DIALOGOFLORESTAL.ORG.BR

ESTA PUBLICAÇÃO FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO PELO FSC